

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA**

Olinalva Maria de Sousa Costa Brando

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PERSPECTIVAS DOS DOCUMENTOS
OFICIAIS PARA O CONTEXTO ESCOLAR**

**ITUVERAVA
2023**

OLINALVA MARIA DE SOUSA COSTA BRANDO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PERSPECTIVAS DOS DOCUMENTOS
OFICIAIS PARA O CONTEXTO ESCOLAR**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de
Ituverava. Fundação Educacional de
Ituverava, para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.**

Orientador (a): Prof. Dr. Osmar Santos Júnior.

**ITUVERAVA
2023**

OLINALVA MARIA DE SOUSA COSTA BRANDO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PERSPECTIVAS DOS DOCUMENTOS
OFICIAIS PARA O CONTEXTO ESCOLAR**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.
Fundação Educacional de Ituverava, para
obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia.**

Ituverava, 18 de dezembro de 2023.

Orientador(a): _____
Prof. Dr. Osmar Santos Júnior

Examinador(a): _____
Prof^a. Esp. Alessandra Pereira Nascimento

Examinador(a): _____
Prof^a. Esp. Taina Vieira Donseli

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho para minha mãe e meu pai, que são minhas fontes de inspiração, sempre me dando atenção, amor, me motivando e me dando a oportunidade de ir em busca dos meus sonhos. Dedico ao meu esposo, que sempre me motivou e me ajudou, sempre me dando suportes necessário para a realização dos meus projetos e a não desistir dos meus sonhos. Dedico a minha irmã, meu cunhado, minha avó e meu avô que sempre me apoiaram e aos meus sobrinhos Isaac e Ravi, para que em um futuro próximo eu sirva de inspiração e exemplo para que os mesmos se dediquem aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem a força e o propósito DELE, nada disso seria possível.

Grande gratidão a minha mãe Francineide e meu pai Benedito, que são minhas maiores inspirações para me dedicar ao estudo e estar aqui onde cheguei, sem eles nada disso seria possível, gratidão por eles serem motivadores, pacientes, por me mostrarem a importância dos estudos e por tudo que sempre fizeram e fazem por mim, estão sempre me ajudando, me dando forças e entendendo o motivo de minha ausência em alguns momentos dessa vida acadêmica.

Agradeço minha irmã Olívia, meu cunhado Lucas, meus sobrinhos Isaac e Ravi, minha avó Antônia e meu avô Raimundo, que foram motivações para eu seguir em frente e ter mais forças para estudar.

Sou grata ao meu esposo Gabriel, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando, me motivando, me inspirando e me fazendo perceber que posso ir além do que imagino ser capaz, agradeço a paciência e a persistência durante toda nossa jornada acadêmica, entendendo também o motivo de minhas ausências e anseios para com essa vida escolar, me motivando sempre a ir em busca dos meus sonhos.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Osmar Santos por todos os suportes necessários para a realização desse trabalho e a todos os professores que ao longo dessa vida acadêmica colaboraram para o meu conhecimento.

“A natureza pode suprir todas as necessidades do homem, menos a sua ganância.”
(Gandhi)

RESUMO

A Educação Ambiental é um meio de transmitir conhecimentos sobre o meio ambiente, visando desenvolver um novo olhar na sociedade, provendo uma reflexão nos indivíduos acerca das práticas adotadas com a natureza, a fim de promover uma reflexão da conscientização ambiental. Nesse sentido, torna-se imprescindível abordar sobre a importância dessa temática no contexto escolar dos anos iniciais, buscando entender como os documentos oficiais orientam o estudo dessa temática. A partir dessa ótica, o trabalho contou com uma análise do tema por intermédio de leis, livros, artigos e dos documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo geral do trabalho foi analisar como os documentos oficiais orientam o estudo da Educação Ambiental nas escolas dos anos iniciais (1º ao 5º Ano). Apresenta-se como objetivos específicos a reflexão sobre a questão ambiental e o processo que levou a se estabelecer a Educação Ambiental, a importância dessa temática no contexto escolar dos anos iniciais, e a importância do meio ambiente e a reflexão acerca da conscientização ambiental, via estudo prático. Metodologicamente optou-se por uma revisão bibliográfica crítica, adotando uma abordagem qualitativa, fundamentada em leis, artigos, teses, livros e os documentos oficiais; além disso, realizou-se uma pesquisa de campo, que contou com uma entrevista semiestruturada, que foi realizada em uma Escola Municipal de São Joaquim da Barra, São Paulo, com cinco docentes dos anos iniciais, a fim de entender a visão de cada um sobre a Educação Ambiental nas perspectivas dos documentos oficiais. Sobre os resultados da referida pesquisa, foi possível observar que a orientação da Educação Ambiental na BNCC tem decepcionado quanto sua abordagem, enquanto documentos que foram “substituídos” pela mesma, tais como PCN'S e DCN's, apresentam relevância nos dias atuais quanto essa temática, mostrando a necessidade de uma reestruturação curricular quanto ao tema estudado.

Palavras-chave: Conscientização. Documentos Oficiais. Reflexão. BNCC.

SUMMARY

Environmental Education is a means of transmitting knowledge about the environment, planning to develop a new perspective on society, proving a reflection in individuals on the practices adopted with nature, in order to promote a reflection on environmental awareness. In this sense, it is imperative to address the importance of this topic in the school context of the initial years, seeking to understand how official documents guide the study of this topic. From this perspective, the work involves an analysis of the topic through laws, books, articles and official documents: National Curricular Parameters (PCN's), National Curricular Guidelines (DCN's) and National Common Curricular Base (BNCC). The general objective of the work was to analyze how official documents guide the study of Environmental Education in schools in the early years (1st to 5th Year). The specific objectives are the reflection on the environmental issue and the process that led to the establishment of Environmental Education, the importance of this theme in the school context of the initial years, and the importance of the environment and the reflection on environmental awareness, via practical study. Methodologically, we opted for a critical bibliographic review, adopting a qualitative approach, based on laws, articles, theses, books and official documents; In addition, field research was carried out, which included a semi-structured interview, which was carried out at a Municipal School in São Joaquim da Barra, São Paulo, with five teachers from the initial years, in order to understand each person's vision. on Environmental Education from the perspectives of official documents. Regarding the results of the aforementioned research, it was possible to observe that the Environmental Education guidance at BNCC has been disappointing in terms of its approach, while documents that were “replaced” by it, such as PCN'S and DCN's, are relevant today regarding this topic, showing relevance nowadays regarding this topic, showing the need for a curricular restructuring regarding the topic taught.

Keywords: Awareness. Official documents. Reflection. BNCC.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Competências Gerais da BNCC	39
-----------------	-----------------------------------	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Caracterização das professoras participantes	44
-----------------	--	-----------

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A QUESTÃO AMBIENTAL E TODO O PROCESSO QUE LEVOU O ESTABELECIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	14
2.1	O Histórico da Educação Ambiental	15
2.2	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	19
3	A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA ESCOLARIDADE DOS ANOS INICIAIS	25
3.1	Os Parâmetros Curriculares Nacionais e sua abordagem sobre a Educação Ambiental nos anos iniciais	27
3.2	As Diretrizes Curriculares Nacionais e a Educação Ambiental	33
3.3	A Base Nacional Comum Curricular e sua abordagem sobre a Educação Ambiental nos anos iniciais- Um comparativo crítico	34
4	PESQUISA DE CAMPO SOBRE A RELEVÂNCIA DE SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS	43
4.1	Apresentação dos sujeitos	43
4.2	Análise e Discussão de dados	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	64
	APÊNDICES	68

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a industrialização, a produção de energia, a exploração florestal, os meios de transportes, entre outros fatores, têm gerado preocupações ao meio ambiente, pois catástrofes e inevitáveis escassezes de recursos naturais, que são bens comuns, estão cada vez mais recorrentes no mundo globalizado. Desse modo, necessita-se de uma tomada de atitude coletiva com o intuito de uma “transformação ambiental” para que possamos mudar o planeta a partir das premissas de uma sustentabilidade forte.

Diante do cenário exposto, a educação torna-se uma ferramenta essencial para que as mudanças aconteçam, já que permite mudanças de hábitos e a garantia da responsabilidade individual em conter os avanços da degradação ambiental. A Educação Ambiental, enquanto ferramenta inter e transdisciplinar, passou por um longo processo de institucionalização, que possibilita problematizar ações e comportamentos ambientalmente adequados a realidade socioambiental local e global, porém depende de ações pedagógicas efetivas por parte dos documentos oficiais.

Considerando o problema apresentado, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar como os documentos oficiais - Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) -, orientam o estudo da temática Educação Ambiental nos Anos Iniciais (1º ao 5º Ano) da Educação Básica. Já como objetivos específicos, busca-se entender a questão ambiental e todo o processo que levou a se estabelecer a Educação Ambiental; analisar a importância do estudo da Educação Ambiental no contexto da escolaridade dos anos iniciais, tendo como base os documentos oficiais; compreender, através de um estudo prático, a relevância de se trabalhar a Educação Ambiental nas escolas.

Essa pesquisa justifica-se pelo fato de o Meio Ambiente ser um tema pertinente nos dias atuais, já que vivemos em uma sociedade tecnológica dependente dos recursos da natureza, sendo a Educação Ambiental um instrumento essencial para que as transformações ambientais aconteçam desde os anos iniciais. Nesse sentido, essa temática permite despertar a conscientização ambiental nos alunos desde cedo, favorecendo que os mesmos cresçam e contribuam positivamente com o ambiente e toda a sociedade. Espera-se que essas crianças ao se tornarem adultos conscientes com plena compreensão da importância da natureza, sejam cidadãos ativos e reflexivos das várias causas ambientais, valorizando a preservação dos recursos naturais para a presente e futuras gerações.

Assim, faz-se necessário as escolas trabalharem a temática Educação Ambiental, via os documentos oficiais, já que permite às crianças trilharem um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável. Nesse caso, as instituições de ensino devem ser as mediadoras para que a sustentabilidade seja praticada desde cedo ao adotarem metodologias pedagógicas que garantam a conscientização ambiental.

A metodologia definida no presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, no qual utilizou-se uma abordagem qualitativa para o tratamento do problema de pesquisa. Levando-se em conta os objetivos e o objeto do estudo investigado, trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório, considerando as entrevistas semiestruturadas com as professoras dos anos iniciais da Educação Básica.

Conforme exposto, a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais já analisados e publicados, sendo que qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, a qual o pesquisador aprofunda-se mais no assunto estudado; ainda, existem estudos que se baseiam apenas na pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o assunto que se procura respostas (Fonseca, 2002). No caso desse estudo, a pesquisa bibliográfica tratou-se do estudo de materiais já publicados, a saber: livros, artigos científicos e dissertações, tratando-se de uma revisão crítica bibliográfica a partir dessas fontes secundárias levantadas nas bases eletrônicas Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Ainda, sobre o tratamento dado ao problema de pesquisa, fez-se uma análise interpretativa baseada nos autores e referências da área.

Sobre a pesquisa de campo, a mesma foi realizada em uma escola dos anos iniciais, por meio de uma entrevista semiestruturada, realizada com cinco professoras, a qual foi coletado dados e informações sobre o estudo da Educação Ambiental nas escolas e sua orientação, conforme os documentos oficiais PCN's, DCN's e BNCC. Nesse contexto, a pesquisa de campo é aquela que coleta informações acerca de um problema no qual se procura uma resposta, consistindo em observação de fatos, coleta de dados e o registro para análise (Marconi; Lakatos, 2003). Assim, a pesquisa de campo permite que o pesquisador vá até o ambiente desejado para fazer a análise real do tema a ser tratado, fazendo registros e coleta de dados para a realização do estudo.

Como já especificado, o tratamento dado ao problema de pesquisa teve uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é um campo de investigação que envolve uma abordagem interpretativa, a qual pesquisadores entendem ou interpretam os significados dos dados coletados acerca de determinado tema ou temática (Denzin; Lincoln, 2006); logo, a

presente pesquisa visa estudar, entender e descrever sobre a visão docente acerca da abordagem da Educação Ambiental nos documentos oficiais (PCN's, DCN's e BNCC).

Sobre o desenvolvimento do trabalho, a primeira seção foi permeada com a discussão da “Questão Ambiental”, buscando entender o que é o meio ambiente e a problemática em torno desse meio. Contou também com o “Histórico da Educação Ambiental”, que descreveu todos os fatores que aconteceram até se estabelecer a Educação Ambiental. Além disso, essa seção contou também com a “Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável”, a qual foi trabalhada o conceito de Educação Ambiental, seus princípios e objetivos, que foi exemplificado por diversos autores, a Agenda 21, Jacobi (2003; 1999) e a Lei 9.795/99 sobre Política Nacional de Educação Ambiental. Mediante esse tópico, entende-se que a Educação Ambiental abrange uma reflexão acerca das ações do homem sobre a natureza, sendo necessário abordar sobre o desenvolvimento sustentável, que busca trilhar um caminho com práticas ecológicas para o meio ambiente.

A segunda seção foi intitulada como “A importância da Educação Ambiental nas escolas de Anos Iniciais”, a qual discorreu sobre a necessidade de abordar esse tema nas instituições escolares, visto que a educação é o meio mais eficaz de se promover o ensino do meio ambiente. Além disso, a seção é complementada com uma análise sobre os documentos oficiais, a saber: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que permitiu reunir informações sobre como esse tema é orientado nesses documentos.

Na terceira e última seção foi realizada a pesquisa de campo que se deu em uma escola dos anos iniciais, mediante entrevista semiestruturada, tendo como participantes cinco professoras, cada uma representando um ano escolar (1º, 2º, 3º, 4º e 5º Ano), a qual buscou-se refletir e compreender acerca do estudo da Educação Ambiental nas escolas, articulando-se com os documentos oficiais citados anteriormente.

Nesse contexto, a educação ambiental é importante e precisa ser trabalhada nas escolas, pois é o meio mais fácil de aprender e ensinar que devemos preservar o meio ambiente para garantir a manutenção de nossas vidas e das futuras gerações, devendo promover mudanças individuais e comunitárias, visando a formação de cidadãos ecologicamente corretos, além de promover valores, desenvolvimento de habilidades e mudanças ambientais. Assim, quanto mais cedo o tema for abordado, maiores são as chances de mudanças de atitudes acerca das questões ambientais.

2 A QUESTÃO AMBIENTAL E TODO O PROCESSO QUE LEVOU O ESTABELECIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nos últimos anos, a civilização tem estado integrada com a industrialização, buscando cada vez mais o aumento de consumo e produção, criando desejos cada vez mais crescentes e se tornando necessário satisfazê-los. Desse modo, para tal prática faz-se o uso dos recursos naturais, gerando conflitos entre a natureza e a sociedade, o que leva o meio ambiente a uma grande depreciação.

Conforme a Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), art. 3º, parágrafo I, entende-se por meio ambiente “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, enquanto para Tostes (1994, *apud* Dulley, 2004, p. 19):

Meio ambiente é toda relação, é multiplicidade de relações. É relação entre coisas, como a que se verifica nas reações químicas e físico-químicas dos elementos presentes na Terra e entre esses elementos e as espécies vegetais e animais; é a relação de relação, como a que se dá nas manifestações do mundo inanimado com a do mundo animado [...] é especialmente, a relação entre os homens e os elementos naturais (o ar, a água, o solo, a flora e a fauna); entre homens e as relações que se dão entre as coisas; entre os homens e as relações de relações, pois é essa multiplicidade de relações que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas. Os seres e as coisas, isoladas, não formariam meio ambiente, porque não se relacionariam. Tostes (1994, *apud* Dulley, 2004, p. 19).

Em virtudes dos fatos mencionados, o meio ambiente é de extrema importância para a sociedade, pois ele garante os recursos para a manutenção da nossa existência, e dos outros seres vivos também, necessitando ser abordado a todos. Assim, podemos entender o meio ambiente como tudo que contempla os recursos naturais, ou não, e que de alguma forma afeta a existência dos seres humanos, ressaltando a importância das interações entre os componentes bióticos e abióticos para o equilíbrio ambiental.

Os problemas ambientais, assume uma presença marcante na vida cotidiana, já que a todo momento temos registros de desastres ambientais e seus efeitos deletérios. Esse descaso com o meio ambiente pode ser encarado como uma crise ética, a qual os valores da devastação ambiental impactam negativamente nas esferas social, econômica e cultural.

De acordo com o exposto, devemos entender que a sociedade tem percorrido no sentido contrário, indo na contramão dos valores ambientais, seguindo com modos de produção em massa e sem limites para o consumo, gerando infelizmente a incerteza da presença dos recursos naturais para às futuras gerações.

Em síntese, conforme o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (Narcizo, 2009, p. 87), “a camada de ozônio vem sendo constantemente atingida pelos poluentes lançados no ar, as temperaturas parecem aumentar a cada ano, enquanto a água potável passa a faltar em um número maior de regiões, por todo o mundo”. Diante dessas incertezas ambientais, surgiram ativistas preocupados com a natureza, buscando por ações globais que preservem o meio ambiente e beneficiem a todos. Assim, nesse cenário que emerge a insustentabilidade global, surgiu a temática Educação Ambiental.

2.1 O histórico da Educação Ambiental

Os primeiros impactos ambientais surgiram na década de 50, mais especificamente em 1952, na cidade de Londres, a qual acontecia o *Big Smoke* - um grande nevoeiro causado pela queima desenfreada de combustíveis fósseis (que contém enxofre, mercúrio, níquel, cádmio, arsênio, entre outros) na indústria e no transporte, que causou uma grande poluição atmosférica. Estima-se que o *Big Smoke* tenha causado 12.000 mortes e deixado cerca de 100.000 enfermos, o que levou a implementação de regulamentações legais, restrições do uso dos combustíveis fósseis e o banimento da fumaça negra. Dez anos depois, a ecologista estadunidense Raquel Carson publicou o livro *Silent Spring* (Primavera silenciosa), a qual fazia críticas aos impactos ambientais, alertando sobre o uso de agroquímicos e suas consequências para a população e os diferentes ecossistemas da Terra.

Na década de 70, o mundo já se encontrava em um período de crescente exploração dos recursos naturais, sendo que em 1972 o Clube de Roma, um grupo de pessoas ilustres que se reuniram para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, publica o relatório “Os Limites do Crescimento”. Nesse relatório, o grupo ressalta para a humanidade que se não diminuir a exploração dos recursos naturais, todos sofrerão grandes impactos no futuro, já que o propósito do relatório era que a população questionasse o modelo econômico e a exploração, despertando o olhar de transformações para a preservação ambiental.

Ainda no mesmo ano, 1972, sediava em Estocolmo, Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo, com a presença de representantes de 113 países e mais de 400 instituições governamentais e não governamentais. Foi o primeiro evento da Organização das Nações Unidas (ONU), com objetivo de discutir as consequências da degradação ambiental, despertando a visão de preservação e melhorias entre o homem e o meio ambiente.

Um marco da Conferência de Estocolmo (1972), foi a posição antagônica entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Enquanto os países desenvolvidos preocupavam-se com a degradação ambiental, defendendo a diminuição da industrialização, voltando-se para a conservação dos recursos naturais, visando evitar um desastre ambiental, os países em desenvolvimento recusavam a proposta, pois acreditavam que diminuindo a industrialização, limitariam de se desenvolverem economicamente. Nesta conferência, representantes brasileiros, diante da situação, se posicionaram a favor da industrialização e levantaram um cartaz, conforme cita Dias (2013, p.36): “Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o novo desenvolvimento”. Assim, observa-se que o Brasil e os outros países em desenvolvimento, queriam de qualquer maneira, crescer economicamente, não se importando com os impactos que acarretariam ao meio ambiente e a vida da população.

Obteve-se os seguintes resultados com a Conferência supracitada:

- Declaração sobre o meio ambiente humano: permite nortear comportamentos e responsabilidades relacionados às questões ambientais, buscando garantir a preservação dos recursos naturais;
- Plano de Ação para o Meio Ambiente: convoca todos os países na busca de soluções para a problemática ambiental;
- Programa das Nações Unidas do Meio Ambiente (PNUMA): autoridade ambiental global que defende o meio ambiente, promovendo o desenvolvimento sustentável e o uso consciente do mesmo.

Conforme exposto, a Conferência de Estocolmo foi de extrema relevância para a problemática ambiental, sendo a primeira tentativa de junção entre os direitos humanos e o meio ambiente. Desse modo, o tema passou a ganhar visibilidade, integrar as agendas políticas e se tornou um direito fundamental, trilhando rumo a consciência ecológica.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) realizou em Belgrado o Encontro Internacional de Educação Ambiental, a qual criou a “Carta de Belgrado”, que segundo Dias (2013, p. 80) aponta “a necessidade do exercício de uma nova ética global que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da denominação e exploração humana”. Segundo esse autor, o documento busca melhorar a relação entre ser humano e a natureza, formando uma humanidade consciente e preocupada com as questões ambientais, ao buscar uma nova ética ambiental.

Ainda na década de 70, particularmente em 1977, em Tbilisi, aconteceu a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada em parceria com a UNESCO e o PNUMA, para despertar a consciência sobre os problemas ambientais, deliberando definições, objetivos, princípios e estratégias para a Educação Ambiental.

Na década de 80, no Brasil, em 1981, foi sancionada a Lei 6.938 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que trata de regulamentar as atividades que envolvem o meio ambiente, visando sua melhoria. Através dessa lei promulga o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) para assessorar os órgãos ambientais com diretrizes e políticas governamentais para o meio ambiente.

Em 1987, na cidade de Moscou, aconteceu o Congresso Internacional da UNESCO-PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental, com o foco de avaliar os avanços ambientais desde a Conferência de Tbilisi, reafirmando a importância e os princípios da Educação Ambiental.

Em 1988, surge a Constituição Federal brasileira, que dispõe um capítulo inteiro sobre o meio ambiente. No ano seguinte, criou-se a Lei 7.735 que dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica e cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA).

Em 1992, no Rio de Janeiro, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, Conferência do Rio ou Rio 92, um evento internacional que discutiu as premissas ambientais, permeando o desenvolvimento sustentável, que segundo Dias (2013, p. 50): “reconhece-se a insustentabilidade do modelo de ‘desenvolvimento’ então vigente; nomeia-se a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana; reconhece-se a Educação Ambiental como o processo de promoção estratégico desse novo modelo de desenvolvimento”. Assim, podemos observar que a sustentabilidade passa ser um assunto marcante da temática ambiental.

A ECO-92 apresentou alguns dos documentos mais importantes:

- Carta da Terra: uma declaração de princípios para uma sociedade sustentável, justa e pacífica, buscando mudanças de hábitos da população de responsabilidade para garantir a qualidade de vida e um futuro melhor para as futuras gerações;
- Convenção da Biodiversidade: visa a conservação da biodiversidade, seu uso sustentável e a divisão equitativa dos benefícios oriundos do uso dos recursos genéticos;
- Declaração de princípios sobre florestas: visa a conservação e o desenvolvimento sustentável de todas as florestas;

- Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento: busca proporcionar o desenvolvimento sustentável, protegendo o meio ambiente e garantindo uma melhor condição de vida;
- Agenda 21: plano de ação visando transformações ambientais e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Como resultado das convenções, surge em 1997 o protocolo de Quioto, um tratado voltado para o controle das emissões de gases do efeito estufa (GEE), além de estimular o desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente. Uma das metas no primeiro período do protocolo era reduzir, em média, 5% a emissão dos gases de efeito estufa em relação a década de 1990; no segundo período, as partes se comprometeram a reduzir 18% abaixo dos níveis de 1990 (cada país acordou sua meta, objetivando sua capacidade de atingi-la).

Neste ano de 1997 foi divulgado os novos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica (PCN's), que surge como orientação para os professores, sendo que dentro desse documento surge os temas transversais, a qual se encontra o volume de meio ambiente. Ainda, em 1999 foi sancionada a Lei 9.795 - Política Nacional de Educação Ambiental -, que afirma no art. 2º “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Em 2002, na África do Sul, a ONU promoveu na cidade de Johannesburgo, a Cúpula Mundial Sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), frisando não somente a preservação ambiental, mas nos aspectos sociais como a redução da linha da pobreza, discutindo também sobre o fornecimento de água, saneamento básico, saúde, biodiversidade, etc. A Rio+10 serviu também para cobranças dos compromissos sustentado na ECO-92 e o cumprimento da Agenda 21.

Mais recente, no Rio de Janeiro, no ano de 2012, aconteceu a Rio+20, que serviu para renovar o compromisso político com o Desenvolvimento Sustentável e discutir novos temas, tais como: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e estrutura institucional para a promoção do desenvolvimento sustentável e, além disso, serviu também para avaliar o progresso da ECO-92 e Rio+10. Os resultados obtidos dessa conferência, não foram os desejados, pois diversos países que se comprometeram em apresentar novas alternativas sustentáveis, acabaram por negligenciar diversas questões. Vale ressaltar que a Rio+30, prevista para ocorrer entre os dias 17 e 19 de outubro de 2022, no Rio de Janeiro, foi

cancelada devido o processo eleitoral daquele ano, propunha-se a desenhar uma ambiciosa agenda urbana internacional em matéria de clima e de desenvolvimento sustentável.

Diante do que foi exposto, constata-se que a Educação Ambiental surgiu como resposta das necessidades ambientais citadas anteriormente, pois a educação precisava abordar valores, conhecimentos e responsabilidades que promovesse o crescimento ético entre ser humano e a natureza, a qual o mesmo faz parte, juntamente com os outros seres vivos. Assim, abordaremos no próximo tópico sobre a Educação Ambiental e discutiremos sobre um instrumento chave dessa educação, o desenvolvimento sustentável.

2.2 Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável

A Educação ambiental surgiu como resposta às questões ambientais, apresentando diversas definições, de acordo com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999:

Art. 1.º: Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Já Jacobi (2003 p. 193) diz que “Educação Ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é o suficiente”. Desta forma, entende-se que a Educação Ambiental é um processo que transmite conhecimentos sobre o meio ambiente, desenvolvendo uma nova visão na sociedade, um olhar de transformação, perpassando para a população a ligação entre meio ambiente e ser humano, levando-a refletir acerca das práticas ambientais que se tem adotado e entender que o meio ambiente proporciona a qualidade de vida e que por ele devemos zelar.

Segundo a Agenda 21(1992, capítulo 36 *apud* Marcatto, 2002, p. 14), a Educação Ambiental é definida como um processo que busca:

[...] desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção de novos [...] Agenda 21 (1992, *apud* Marcatto, 2002, p.14)

Assim, a Educação Ambiental necessita de uma prática voltada para reflexão/ação, pensando no envolvimento de todos os indivíduos com a natureza e todas as questões

ambientais que os cercam, perpassando a criticidade aos indivíduos, a fim de instigar e provocar nos mesmos a conscientização para a transformação social.

De acordo com a Lei 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental -, em seu artigo 4º, fazem parte dos princípios básicos da Educação Ambiental:

- I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinar;
- IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII – o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

A Lei apresenta também no seu artigo 5º os objetivos fundamentais da educação ambiental, a saber:

- I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;
- III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do país, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Nesse contexto, a Educação Ambiental engloba uma reflexão das práticas sociais que se inter-relacionam com o meio natural, tendo dentro dessa temática a sustentabilidade, que é uma grande ferramenta para se trabalhar a Educação Ambiental. A Sustentabilidade e Educação Ambiental são temáticas que nos conectam ao propósito de formar uma sociedade com cidadãos justos, conscientes, que saibam se posicionar diante da realidade socioambiental, além de lutar pelo que é de direito da população e geração futura.

A Educação Ambiental deve permear a vida do cidadão responsável, preocupado com a situação ambiental atual e do futuro. Desse modo, o Ministério da Educação (MEC) entende a Educação Ambiental e a Sustentabilidade dentro dela como:

Componente essencial de um processo pedagógico reflexivo, crítico e interdisciplinar, que tenha como objetivo a formação da cidadania plena; a mudança de valores, percepções e comportamentos; e de preparação para ações transformadoras, especialmente para a gestão ambiental, elemento fundamental para a sustentabilidade. (Brasil, 2003 p. 4).

Nota-se que a Educação Ambiental é o meio de conscientização para a população, abordando dentro dela temas chaves para a transformação ambiental, como a sustentabilidade. De acordo com o MEC (Brasil, 2003 p. 2), o desafio atual é: “construir uma nação que, sob a ética da sustentabilidade, seja ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa, sendo que esta é uma tarefa e um desafio para todos nós cidadãos brasileiros”.

Ainda, observa-se que formar cidadãos conscientes que tenham preocupação e responsabilidade com o meio ambiente é uma tarefa difícil para caminharmos rumo à sustentabilidade. No entanto, é necessário formar indivíduos críticos, responsáveis, que repensem as suas atitudes do dia a dia e as consequências que elas causam ao meio ambiente.

De acordo com Jacobi (1999 p. 6): “a noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte”. Nesse sentido, entende-se a sustentabilidade como meios de sustentar as práticas sociais com responsabilidade, abrangendo as dimensões ética, econômica e ambiental, para garantir o desenvolvimento dos seres humanos, das plantas, dos animais e de todo planeta Terra, garantindo uma melhor qualidade de vida para a humanidade, presente e gerações futuras, seguindo ao desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável de acordo com o relatório de Brundtland (1987) “é a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Brundtland *apud* Scharf, 2004, p. 19). Segundo Sachs (2008, p. 36), “o desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica”.

Assim, o desenvolvimento sustentável é um processo em que se procura preservar o meio ambiente levando em consideração os interesses das presente e futuras gerações quanto ao uso dos recursos naturais, sendo necessário abranger os âmbitos sociais, ambientais e econômicos para que as mudanças aconteçam e então se promova um bem estar social.

De acordo com Cavalcanti (2001, p. 165):

O desenvolvimento econômico não representa mais uma opção aberta, com possibilidades amplas para o mundo. A aceitação geral da ideia de desenvolvimento

sustentável indica que se fixou voluntariamente um limite (superior) para o progresso material. Adotar a noção de desenvolvimento sustentável, por sua vez, corresponde a seguir uma prescrição política. O dever da ciência é explicar como, de que forma, ele pode ser alcançado, quais são os caminhos para a sustentabilidade (Cavalcanti, 2001, p.165).

Jacobi (1999, p. 4) afirma que “[...] a noção de desenvolvimento sustentável leva à necessária redefinição das relações sociedade humana/natureza e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório”. Desse modo, o desenvolvimento sustentável é um instrumento de transformação da sociedade, buscando ações que atendam as necessidades do presente sem comprometer as do futuro, necessitando da participação responsável da sociedade e de mudanças em todo os âmbitos que emplacam nesse processo.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desenvolvido pela ONU, presente em 166 países, inclusive no Brasil desde a década de 60, apresenta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que buscam em comum acordo com os outros países ações para acabar com a pobreza e proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem da paz e prosperidade até 2030. Integrando os ODS, encontra-se 17 objetivos, que acredita que uma ação afetará o resultado da outra, chegando ao equilíbrio da sustentabilidade, economia e meio ambiente. De acordo com as Nações Unidas, os 17 ODS¹ se classificam em:

- 1- ERRADICAÇÃO DA POBREZA: acabar com a pobreza em todas suas formas e todas as dimensões;
- 2- FOME ZERO: acabar com todas as formas de fome e desnutrição, garantindo a todos alimentos suficientes e nutritivos;
- 3- SAÚDE E BEM- ESTAR: promover a boa saúde e bem-estar para todos;
- 4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos e alcançar o acesso universal ao ensino superior;
- 5- IGUALDADE DE GÊNERO: acabar com a discriminação contra mulheres e meninas;
- 6- ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO: garantir água e saneamento para todos;
- 7- ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL: investir em energia solar, eólica e térmica e garantir energia para todos;
- 8- TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO: promover o crescimento econômico sustentado, incentivar o empreendedorismo e a criação de empresas, alcançando emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

¹ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

- 9- INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA: promover indústrias sustentáveis e fomentar a inovação e o empreendedorismo;
- 10- REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES: soluções globais;
- 11- CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS: investir em transportes público, criar espaços públicos verdes e melhorar o planejamento e gestão urbana de forma participativa e inclusiva;
- 12- CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS: incentivar indústrias, empresas e consumidores a reciclar e reduzir o desperdício;
- 13- AÇÃO CLIMÁTICA: atender às necessidades dos países em desenvolvimento para se adaptar à mudança global do clima e investir no desenvolvimento do baixo carbono;
- 14- VIDA NA ÁGUA: gerir e proteger de forma sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros da poluição;
- 15- VIDA TERRESTRE: ações para reduzir a perda de habitats naturais e biodiversidade;
- 16- PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES: reduzir todas as formas de violência e trabalhar com governo e comunidades para acabar com conflitos e inseguranças;
- 17- PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO: melhorar a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, apoiando os planos nacionais para atingir todas as metas.

Como exposto, os ODS visam ações que devem ser adotadas por toda a sociedade, buscando uma promoção social, econômica e ambiental que beneficie tudo e todos, promovendo assim um mundo sustentável. Contudo, a Educação ambiental para a promoção do desenvolvimento sustentável deve caminhar com a sociedade, governo e empresas, sem esse apoio não se torna possível trilhar rumo a um mundo sustentável.

De acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Nesse sentido, fica assegurando que o meio ambiente proporciona diversos benefícios para a sociedade, necessitando de ações acerca da realidade socioambiental, deixando claro que todos somos responsáveis pela existência de todas as espécies, por isso todos devem cuidar, zelar e preservar os nossos recursos naturais existentes, para garantir a própria existência e a de gerações futuras.

Em suma, a política sustentável busca traçar novos caminhos para que a mudança ambiental aconteça, envolvendo todos os aspectos sociais. Assim, um meio de perpassar todo o conhecimento da educação ambiental é através das escolas, que devem ser os mediadores para que esse desenvolvimento sustentável seja praticado. Partindo desse ideal, ao trabalhar-se a

Educação Ambiental desde os anos iniciais, pode-se formar, desde cedo, crianças conscientes que adotem a prática sustentável e zelem pelo meio ambiente.

Sendo assim, no próximo tópico iremos discorrer sobre a Educação ambiental nas escolas dos anos iniciais e como é abordada pela ótica dos PCN's, DCN's e BNCC, sendo esses documentos uma ferramenta para promover o conhecimento dessa temática na Educação Básica.

3 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA ESCOLARIDADE DOS ANOS INICIAIS

Hoje vivemos em um mundo cada vez mais globalizado, com ações prejudiciais para a natureza, gerando grandes catástrofes climáticas e ambientais. Nesse sentido, as pessoas mesmo diante de uma grande depreciação ambiental, parecem não acordar, já que a natureza está necessitando urgentemente de ações universais que revertam essa situação, enquanto ainda há tempo. Uma das práticas a serem adotadas nesse quadro, é a Educação Ambiental, que se volta para a conscientização do meio ambiente e a promoção de práticas transformadoras, sendo necessária abordá-la desde os anos iniciais, primeiramente em casa, a qual o exemplo dos familiares influencia no aprendizado da criança e depois na escola, devendo estabelecer uma união dos dois ambientes para que os valores de casa se aperfeiçoem com os conhecimentos e as técnicas da escola, promovendo ações que devam permear todo o cotidiano escolar e não escolar.

A educação é o pilar central para as mudanças de práticas ambientais, pois é o melhor meio de promover valores e comportamentos ecologicamente corretos. De acordo com a UNESCO (2005 p. 46), “Educação Ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente”. Assim, a Educação Ambiental é uma ferramenta importante no âmbito escolar, já que permite formar indivíduos ambientalmente corretos, promovendo a transformação nas relações homem e natureza.

Conforme o estabelecido no artigo 3 da Lei 9.795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental “(...) todos têm direito à educação ambiental, incumbindo (...) às instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. Portanto, torna-se necessário a escola ser um participante ativo nessa prática ambiental, usando de iniciativas para que a mudança ocorra, promovendo a importância do meio ambiente e o trabalho da Educação Ambiental como um exemplo plausível para conscientização e preservação, visto que a educação ambiental nas escolas forma cidadãos conscientes, que compreende os problemas ambientais e busca combatê-los.

De acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, no inciso VI, deve-se “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. A Lei 9.795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental, complementa o que é dito na constituição e afirma no seu art. 2º que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma

articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Entende-se então que a Educação Ambiental é uma temática importante e deve ser abordada dentro da escola em todas as modalidades de ensino e também fora dela no seu processo de socialização. Nesse contexto, essa temática deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, ao promover a transformação e conscientização dos alunos acerca do meio ambiente, para que por meio de ações, realizem a prática da preservação.

Segundo Medeiros e colaboradores (2011), a Educação Ambiental nas escolas orienta os alunos para exercerem a cidadania, participando dos âmbitos sociais, culturais, políticos e econômico, referentes à preservação da natureza. Compreende-se, desse modo, que a Educação Ambiental é um processo na qual o aluno vai começar a ter uma visão sobre o meio ambiente e todo o contexto que o cerca, contribuindo para a formação de indivíduos conscientes e capazes de atuar nas questões ambientais. Na escola, o aluno passa a adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente que devam gerar comportamentos corretos em relação as ações socioambientais, e, nesse contexto, faz-se necessário a escola oferecer os conteúdos ambientais contextualizados com a realidade dos alunos, para que de fato os mesmos sejam executados na prática. Assim, a Educação Ambiental nas escolas norteia os alunos conscientizando-os ambientalmente e levando-os a agir não somente na preservação da natureza, mas também em todas as ações que interferem no nosso meio ambiente.

Segundo Segura (2001, p. 165):

Quando a gente fala em Educação Ambiental pode viajar em muitas coisas, mas a primeira coisa que se passa na cabeça do ser humano é o meio ambiente. Ele não é só o meio ambiente físico, quer dizer, o ar, a terra, a água, o solo. É também o ambiente que a gente vive – a escola, a casa, o bairro, a cidade. É o planeta de modo geral. (...) não adianta nada a gente explicar o que é efeito estufa; problemas no buraco da camada de ozônio sem antes os alunos, as pessoas, perceberem a importância e a ligação que se tem com o meio ambiente, no geral, no todo, e que fazem parte dele. A conscientização é muito importante e isso tem a ver com a educação no sentido mais amplo da palavra. (...) conhecimento em termos de consciência (...) A gente só pode primeiro conhecer para depois aprender amar, principalmente, de respeitar o ambiente (Segura, 2001, p.165).

Diante do exposto, cabe a escola promover um ensino voltado para a conscientização da importância do meio ambiente, proporcionando aos alunos o entendimento da concepção do que é o meio ambiente, compreendendo que meio ambiente são todos os componentes que estão a nossa volta e que interagem para a manutenção da vida em nosso planeta. Entretanto, qualquer ação do ser humano poderá influenciar de maneira positiva ou negativa nesse meio, afetando

diretamente na qualidade de vida e bem-estar de toda a população. Desse modo, compete à escola o dever de trabalhar a Educação Ambiental não somente na teoria, mas na prática, para que desperte o interesse do aluno pelas maravilhas que o meio ambiente proporciona, despertando o amor, a conservação e o cuidado com esse meio.

O trabalho com a Educação Ambiental nas escolas busca promover mudanças, abordando a problemática ambiental com as crianças desde cedo, visando formar adultos conscientes do amanhã. Os discentes são os transmissores dos conhecimentos aprendidos na escola, e, vale ressaltar o papel da escola para que os alunos adquiram a compreensão da importância desse meio em nossas vidas, sendo necessário o cuidado e o zelo com o mesmo; ainda, diante do que foi dito, a escola contribui para que os alunos repassem para os familiares, os amigos e os vizinhos, conhecimentos adquiridos, plantando assim a sementinha da conscientização em cada um, contribuindo para a efetivação de uma Educação Ambiental com a promoção de práticas responsáveis e a conservação do meio ambiente, assegurando para as presentes e futuras gerações um ambiente saudável. Por fim, compreendendo-se a importância de trabalhar a Educação Ambiental nas escolas, nos tópicos seguintes será realizada uma análise de como os documentos oficiais (PCN's, DCN's e BNCC) norteiam a aprendizagem dessa temática.

3.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais e sua abordagem sobre a Educação Ambiental nos anos iniciais

Atualmente, faz-se necessário falar da Educação Ambiental abrangendo os âmbitos sociais, ambientais, políticos e econômicos, para que, então, desenvolva um trabalho significativo, com resultados transformadores. Desta forma, compete a escola transmitir os conhecimentos necessários para que tais práticas sejam plenamente desenvolvidas, sendo necessário refletir sobre como os documentos oficiais norteiam o trabalho dessa temática. Nesse tópico, será analisado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)² e sua abordagem sobre Educação Ambiental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Básico foram lançados em 1996. Os PCNs consistem em um conjunto de documentos que servem como referência para a elaboração dos currículos escolares, auxiliando o docente quanto a sua prática, conhecimentos e atividades que serão aplicadas em sala de aula. Sendo assim, o documento vem estruturado por dez volumes, na qual cada volume aborda sobre alguma disciplina específica da educação básica,

² <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/biblioteca-de-apoio/pcn-ensino-fundamental-1-ao-5-ano/>

sendo que quatro volumes mencionam a Educação Ambiental, mas especificamente sobre o meio ambiente, ordenando-se em Ciências Naturais, História/ Geografia, Temas Transversais e Meio Ambiente, a qual todos esses cadernos evidenciam o trabalho de uma Educação Ambiental, buscando uma melhor relação entre homem e natureza.

Em seu primeiro volume, os PCNs apresentam como um de seus objetivos gerais que o aluno deve “perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente.” (Brasil, 1997, p. 66). Diante do exposto, fica evidente que os PCNs procuram formar indivíduos atuantes no meio ambiente, que percebam a sua importância para uma melhor qualidade de vida e a garantia de existência do nosso planeta.

De modo geral, os PCNs buscam que os alunos venham desenvolver ações que promovam melhorias ambientais, sendo eles capazes de se identificar como elemento chave para a efetivação dessas transformações. Assim, o seu estudo é orientado em alguns volumes, estabelecendo alguns conteúdos a serem trabalhados e fazendo diversas menções sobre a Educação Ambiental.

O primeiro volume, que será discutido e que trata sobre o meio ambiente mencionando a Educação Ambiental, consiste no volume 04 do documento, que refere-se às Ciências Naturais, a qual aponta que:

O tema transversal Meio Ambiente traz a discussão a respeito da relação entre os problemas ambientais e fatores econômicos, políticos, sociais e históricos. São problemas que acarretam discussões sobre responsabilidades humanas voltadas ao bem-estar comum e ao desenvolvimento sustentado, na perspectiva da reversão da crise socioambiental planetária. [...] Em coerência com os princípios da educação ambiental (tema transversal Meio Ambiente), aponta-se a necessidade de reconstrução da relação homem-natureza, a fim de derrubar definitivamente a crença do homem como senhor da natureza e alheio a ela e ampliando-se o conhecimento sobre como a natureza se comporta e a vida se processa. (Brasil, 1997, p. 35).

Podemos observar que o tema Meio ambiente não se volta apenas para as questões da natureza, mas sim para todos os fatores que englobam a sociedade, pois esses fatores são regidos pelas ações humanas e acabam afetando diretamente o meio ambiente, causando inúmeros problemas. Nesse sentido, faz-se necessário conscientizar os alunos sobre todos campos, adentrando em um conhecimento mais aprofundado sobre a temática ambiental para que os alunos desenvolvam um comportamento ambientalmente correto, promovendo respeito e atitudes favoráveis ao meio ambiente.

O volume de Ciências da Natureza cita como referencial teórico para se estudar o meio ambiente, a Ecologia, de acordo com esse volume na p. 36:

A Ecologia estuda as relações de interdependência entre os organismos vivos e destes com os componentes sem vida do espaço que habitam, resultando em um sistema aberto denominado ecossistema. Tais relações são enfocadas nos estudos das cadeias e teias alimentares, dos níveis tróficos (produção, consumo e decomposição), do ciclo dos materiais e fluxo de energia, da dinâmica das populações, do desenvolvimento e evolução dos ecossistemas. Em cada um desses capítulos lança-se mão de conhecimentos da Química, da Física, da Geologia, da Paleontologia, da Biologia e de outras ciências, o que faz da Ecologia uma ciência interdisciplinar. (Brasil, 1997, p. 36).

Assim, a Ecologia já vem orientada nos PCNs como um objeto de conhecimento a ser estudado, que se enquadra dentro dos estudos sobre o meio ambiente, referindo-a como um estudo interdisciplinar, a qual não se trata apenas da parte biológica, mas também da química, física, geológica, entre outras. Essa área do conhecimento permite o estudo dos seres vivos e suas relações com todos os componentes que cercam os seus meios.

Em seguida somos contemplados com o volume 05.2 - História e Geografia -, que caracteriza a área de conhecimento da Geografia e cita que o estudo dessa área do conhecimento permite aos alunos entenderem a sua posição na relação da sociedade com a natureza, sendo capazes de compreender como suas ações em relação aos valores humanos ou à natureza trazem consequências para todos (Brasil, 1997). Podemos analisar que o estudo da Geografia aborda conhecimentos que se inter-relacionam entre sociedade e natureza, transferindo para o aluno a compreensão dos danos de suas ações, proporcionando o pensamento de conscientização acerca de suas atitudes.

Ainda no mesmo volume, afirma-se que:

Desde as primeiras etapas da escolaridade, o ensino de Geografia pode e deve ter como objetivo mostrar ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade na qual as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado — constantemente em transformação — do qual ele faz parte e, portanto, precisa conhecer e sentir-se como membro participante, afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente (Brasil, 1997, p. 6).

Nesse sentido, analisamos que o estudo de Geografia aborda conhecimentos que relacionam sociedade e natureza, trazendo para o aluno a compreensão dos danos que suas ações podem causar. Outro ponto relevante é que seu ensino é voltado para a cidadania, formando indivíduos ativos, responsáveis e atuantes na relação sociedade-natureza.

O arquivo 05-2, História e Geografia, ainda apresenta como componentes os blocos temáticos que podem ser trabalhados com os alunos de uma maneira interdisciplinar e um desses blocos se apresenta com o título “Conservando o Ambiente”, que proporciona um entendimento das relações da sociedade com a natureza no dia a dia, devendo ser abordado visando atitudes conservacionistas acerca de diferentes assuntos: lixo, saneamento básico, abastecimento de água, produção e conservação dos alimentos, produção de energia solar e técnicas agrícolas alternativas (Brasil, 1997). Assim, a Geografia busca abordar a questão ambiental com maneiras de compreensão e conscientização acerca de assuntos que são diretamente ligados com a natureza e a sociedade, visando transformações, com práticas corretas e melhorias para garantir a existência do nosso planeta, começando com ações simples do cotidiano, como o descarte correto do lixo.

O próximo volume a ser analisado é o 08.1 - Temas Transversais -, a qual argumenta-se que ao se falar sobre meio ambiente logo se imagina os aspectos físicos e biológicos, mas o meio ambiente é muito mais amplo, engloba o ser humano e todas as relações que os cercam (sociais, econômicas e culturais), fazendo-se necessário refletir sobre as ações socioeconômicas e ambientais, promovendo decisões corretas e seguindo rumo ao equilíbrio ambiental (Brasil, 1997). Sob essa ótica, analisa-se que o estudo do meio ambiente faz-se necessário para promover uma reflexão sobre todos os aspectos que permeiam a vida humana, visando ações que passam a impactar de maneira positiva no meio ambiente.

O volume dos temas transversais apresenta questões importantes que permeiam a vida da sociedade e que devem ser trabalhadas em todas as disciplinas. Desse modo, os temas transversais não abordam a Educação Ambiental como uma disciplina específica da grade escolar, sendo que esta temática deve ser trabalhada de modo transversal, contínuo e integrado, estando presente em todas as áreas, se relacionando com a atualidade e o meio escolar (Brasil, 1997). Nesse contexto, reafirma-se que a Educação Ambiental seja trabalhada em caráter interdisciplinar, por isso faz parte dos temas transversais, para não ser trabalhada como uma disciplina única, mas articulado com todas as disciplinas.

O último volume a ser analisado é o 09.1 - Meio Ambiente. Trata-se de um volume específico sobre o tema adentrando sobre todas as questões ambientais, visando trabalhar a Educação Ambiental, formando cidadãos aptos e comprometidos para atuarem na realidade do Meio Ambiente e uma escola que promova esse ensino desenvolvendo atitudes e valores ambientalmente corretos.

A questão ambiental nos PCNs é abordada discorrendo sobre um breve histórico que já abordamos no presente trabalho, sendo que no volume do Meio Ambiente destaca-se que:

Todas as recomendações, decisões e tratados internacionais sobre o tema³ evidenciam a importância atribuída por lideranças de todo o mundo para a Educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para tanto. A Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi estabeleceu princípios que constam deste documento, no item “Orientação didática geral” (Brasil, 1997, p. 17).

Assim, afirma-se que o tema Educação Ambiental é de extrema importância e necessário para promover as transformações ambientais, seguindo rumo a uma sociedade sustentável e evidenciando que não depende apenas da educação para se promover as mudanças, faz-se necessário uma participação conjunta da sociedade para que essas transformações aconteçam, promovendo assim uma conscientização global.

No presente volume trabalhar com o Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes e atuantes na realidade ambiental, sendo necessário que a escola trabalhe mais que informações e conceitos, trabalhe também com a prática, atitudes, valores, ensino e aprendizagem de habilidades, desenvolvendo-se, assim, comportamentos ambientalmente corretos nos alunos (Brasil, 1997). Assim, o volume do Meio Ambiente se volta para a produção de uma Educação Ambiental ao trazer que as escolas não devem abordar somente a teoria, mas também a prática, permitindo que os alunos adquiram novos comportamentos no dia a dia, e fazendo de pequenas ações grandes gestos ambientais, que os formarão cidadãos conscientes do amanhã.

Conforme preceitua os PCNs no volume do meio ambiente:

É importante que o professor trabalhe com o objetivo de desenvolver, nos alunos, uma postura crítica diante da realidade, de informações e valores veiculados pela mídia e daqueles trazidos de casa. Para tanto, o professor precisa conhecer o assunto e, em geral, buscar junto com seus alunos mais informações em publicações ou com especialistas. Tal atitude representará maturidade de sua parte: temas da atualidade, em contínuo desenvolvimento, exigem uma permanente atualização; e fazê-lo junto com os alunos representa excelente ocasião de, simultaneamente e pela prática, desenvolver procedimentos elementares de pesquisa e sistematização da informação, medidas, considerações quantitativas, apresentação e discussão de resultados, etc. (Brasil, 1997, p. 20).

É evidente que o professor tem o papel de nortear a aprendizagem do aluno, e no que se refere à Educação Ambiental, ele ajuda os discentes a desenvolver a criticidade, responsabilidade e ações corretas e de bem-estar diante o meio ambiente, mas para tal, faz-se

necessário o docente ter uma formação contínua, domínio do assunto e apresentar atitudes corretas, desenvolvendo juntamente com os alunos boas condutas ambientais.

De acordo com o que os PCNs apresentam no volume do meio ambiente “Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental” (Brasil, 1997, p. 31). Assim, a Educação Ambiental deverá ser trabalhada em união com os conhecimentos teóricos e a realidade, sendo abordado em todas as disciplinas, construindo os conhecimentos sobre o meio ambiente.

O volume do Meio ambiente defende que a escola é uma instituição com poder e possibilidade de intervenção na realidade, devendo estar conectada com as questões mais amplas da sociedade, incorporando-as à sua prática, e faz como sugestão que a escola possibilite a saída de seus alunos para passeios e visitas a locais de interesse dos trabalhos em Educação Ambiental, estabelecendo para contato com locais como instituições, parques, empresas, unidades de conservação, serviços públicos, lugares históricos e centros culturais (Brasil, 1997). Nesse aspecto, a escola é o meio de conscientizar os alunos a promoverem uma transformação na realidade, trabalhando as questões sociais e ambientais, integrando os conteúdos estabelecidos para o estudo do meio ambiente em todas as disciplinas. Assim, a escola deve trabalhar o meio ambiente, possibilitando que os alunos articulem teoria e prática, gerando assim interesse por parte dos discentes e promovendo condutas ecologicamente corretas.

Trabalhar a Educação Ambiental, seguindo os PCNs como documento orientador, proporciona um ensino e aprendizagem com uma diversidade metodológica, interdisciplinar, possibilitando experiências e participações nas questões ambientais, o que favorece ao aluno compreender suas atitudes quanto os valores e comportamentos voltados ao meio ambiente.

Vale suscitar que os PCNs, um documento tão importante, riquíssimo quanto ao conhecimento que compete a Educação Ambiental, acabou sendo “substituído” pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apesar de não ter caráter de obrigatoriedade, sendo que os PCNs ainda apresentam uma grande relevância para a orientação dos currículos escolares, por ser um documento que além de trabalhar com as disciplinas específicas, traz seus temas transversais, que é composto por temáticas importantes para o meio social, tais como: Meio Ambiente, Saúde, Ética, Pluralidade Cultural (entre outros), contribuindo com a orientação dos currículos escolares, influenciando na realização do trabalho docente, além de oferecer instrumentos necessários para que os alunos compreendam sua realidade e sejam capazes de atuar nas questões sociais que os permeia.

Assim, tendo analisado como os Parâmetros Curriculares Nacionais orienta o estudo da Educação Ambiental, fazendo menções ao seu tema ao longo de alguns volumes, agora iremos discorrer sobre como as Diretrizes Curriculares determina o trabalho da Educação ambiental, enfatizando desde já que o mesmo também não apresenta caráter de obrigatoriedade.

3.2 As Diretrizes Curriculares Nacionais e a Educação Ambiental

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)³ foram elaboradas em 2013. Esse documento, com 565 páginas, estabelece a base nacional comum e orienta as propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras. Desse modo, como nos PCNs, as DCNs estabelecem que os componentes curriculares devem ser articulados em caráter transversal e integrador, sendo as escolas o meio de conduzir à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente (Brasil, 2013). Observa-se, assim, que as Diretrizes Curriculares abordam a temática ambiental, buscando desenvolver cidadãos com práticas mais responsáveis e capazes de atuar na realidade social e ambiental.

No que compete ao estudo de Educação Ambiental, as DCNs designam seu último capítulo para abordar a temática. De acordo com as Diretrizes, o Ministério da Educação encaminhou ao Conselho Nacional de Educação uma proposta para se estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), onde enfatiza que:

A “Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental”. (Brasil, 2013, p. 537)

Assim, as DCNs propõe estabelecer uma Educação Ambiental voltada para uma formação cidadã, desenvolvendo discentes críticos, participativos e que saibam atuar na relação sociedade e natureza, sendo aptos a promoverem práticas sustentáveis e fortalecer a responsabilidade social do ser humano com a natureza.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental:

³ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192

Contribuirão para incluir no currículo o estudo e as propostas para enfrentamento dos desafios socioambientais, bem como para pensar e agir na perspectiva de criação de espaços educadores sustentáveis e fortalecimento da educação integral, ampliando os tempos, territórios e oportunidades de aprendizagem. Comprometer-se com a qualidade da educação no século XXI, num momento histórico marcado pela ocorrência de diversos desastres ambientais, amplia a necessidade dos educadores e educadoras em compreender a complexa multicausalidade da crise ambiental contemporânea, prevenir seus efeitos e contribuir para o enfrentamento das mudanças socioambientais globais. (Brasil, 2013, p. 549).

Portanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de promover uma Educação Ambiental, visando as transformações das práticas humanas para a garantia de uma preservação ambiental e uma melhor qualidade de vida, assegura a necessidade de constituir educadores capacitados que saibam entender os agravos que permeiam o meio ambiente e saibam promover um ensino qualitativo que contribua para as transformações socioambientais.

A Educação Ambiental nas Diretrizes Curriculares Nacionais tem como função nortear a formação de cidadãos críticos, responsáveis e atuantes, que em uma união - teoria e prática -, apresentem ações que sejam transformadoras em uma escala mundial. É possível analisar que as Diretrizes fazem menções diretamente à Educação Ambiental, destinando um capítulo específico para nortear o seu estudo, trazendo os marcos relevantes da temática, abrangendo suas leis, objetivos, princípios e orientando seu estudo. Tendo analisado como as Diretrizes aborda a Educação Ambiental para os currículos escolares, agora iremos apresentar como essa proposta é estruturada no documento norteador vigente: a Base Nacional Comum Curricular, realizando um comparativo entre as suas versões e os demais documentos.

3.3 A Base Nacional Comum Curricular e sua abordagem sobre a Educação Ambiental nos anos iniciais - Um comparativo crítico

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter obrigatório que serve para orientar a elaboração dos currículos de todas as escolas e garantir que todos os alunos desenvolvam as aprendizagens essenciais. Esse documento é estruturado com conhecimentos, competências e habilidades que devem ser desenvolvidas por todos os alunos durante a educação básica. A Constituição Federal (1988) em seu artigo 210 afirma que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

Em consonância com a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece em seu artigo 26 que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Como apontado, observa-se que a BNCC é estabelecida em consonância com a Constituição Federal e a LDB, porém sua criação só se deu no ano de 2015 e sua homologação no ano de 2017. Durante o período de criação e de homologação da BNCC, foram apresentadas três versões dessa base, assim iremos comparar como cada versão abordou a temática da Educação Ambiental.

A primeira versão da BNCC⁴ foi disponibilizada no ano de 2015, contendo 302 páginas, no que se refere a Educação Ambiental no ensino fundamental, não fez nem menção ao termo, mas aborda de uma maneira breve sobre o meio ambiente e cita como um dos seus objetivos “cuidar e se responsabilizar pela saúde e bem-estar próprios e daqueles com quem convive, assim como promover o cuidado com os ambientes naturais e os de vivência social e profissional, demandando condições dignas de vida e trabalho para todos”. (Brasil, 2015, p. 8).

É notório que o objetivo da primeira BNCC se volta de uma maneira genérica para o meio ambiente, interligando-se a outros temas, mas deixa nas entrelinhas que deve formar o discente para pensar no bem-estar de todos, se tornando capaz de ter comportamentos responsáveis em seu meio social e com o meio ambiente, promovendo transformações e garantias de uma melhor qualidade de vida.

O documento caracteriza-se em quatro áreas do conhecimento, no que se relaciona ao meio ambiente fica como componente curricular a área de Ciências da Natureza e a de Ciências Humanas. A área de Ciências da Natureza apresenta como uma das suas unidades de conhecimento a unidade sobre: ambientes, recursos e responsabilidades, que afirma que:

Serão estudadas questões relacionadas ao ambiente, a seus recursos e a responsabilidade de seu uso, caracterizando os fenômenos e as interações de organismos com o ambiente, bem como as implicações causadas pelo uso de produtos tecnológicos quanto às alterações climáticas, de temperatura e de radiação que atingem a superfície terrestre. Contempla, também, o entendimento das relações de diferentes populações humanas em nosso planeta, em tempos e lugares distintos, quanto à utilização de recursos naturais e impactos causados e a adoção de alternativas sustentáveis que perpassem, desde a mudança de atitudes individuais e coletivas até a aplicação do conhecimento científico para o desenvolvimento de tecnologias sociais sustentáveis (Brasil, 2015, p.159).

⁴ <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>

Nesse sentido, o ensino de Ciências na primeira versão da BNCC se volta para a parte biológica do meio ambiente, buscando que os discentes aprendam sobre o mundo que vivem e todos os fatores ambientais e sociais que o cercam, adquirindo a compreensão de como as ações humanas impactam diretamente no meio ambiente, sendo capaz de atuar com responsabilidade e intervir nas questões ambientais promovendo mudanças nesse cenário.

A área de Ciências Humanas proporciona uma reflexão sobre a própria experiência do aluno, a valorização dos direitos humanos e sobre a responsabilidade com o meio ambiente e sua manutenção para gerações futuras (Brasil, 2015, p. 237). Assim, a área de ciências humanas estuda as questões que englobam o meio ambiente, se voltando para as práticas sociais, desenvolvendo a responsabilidade com o meio ambiente e a noção da preservação ambiental para a existência das gerações futuras.

Andrade e Piccinini (2017) discorrem sobre como é abordada a Educação Ambiental pela Sociedade Brasileira de Ensino e Biologia (SBEnBIO) na 1ª versão da BNCC:

Das 298 páginas do documento, se realizarmos uma busca pela palavra ‘ambiental’, vamos encontrar 23 referências a ela, mas nenhuma específica à Educação Ambiental. A nomenclatura ‘AMBIENTAL’ aparece de forma genérica ao longo do documento, restrito a termos como "sustentabilidade ambiental" e "socioambiental", na introdução do documento, quando justifica os "objetivos" da Base, e esparsamente no Ensino fundamental de Ciências, mas sem articulação entre elas e com as demais áreas (Andrade; Piccinini, 2017, p. 5).

Como afirma os autores, a referência específica sobre a Educação Ambiental aparece de uma maneira implícita. A primeira versão da base apresenta o tema se destinando especificamente ao estudo do meio ambiente e seus componentes, sem fazer menção à Educação Ambiental propriamente dita, deixando a temática subentendida. Os fatos mencionados acima são a descrição apresentada sobre o estudo do meio ambiente na primeira versão da base, mesmo não abordando o termo Educação Ambiental, o tema aparece de uma maneira explícita, reforçando a ideia de conscientização e preservação ambiental, devendo ser trabalhado de maneira interdisciplinar e transversal, sendo um estudo básico e não aprofundando como nos PCNs e nas DCNs. Por fim, deve-se levar em consideração que essa versão abordada não é a versão homologada, assim iremos discorrer sobre a segunda versão da base e seu estudo na Educação Ambiental.

A segunda versão da BNCC⁵, foi disponibilizada no ano de 2016, caracterizando-se por um total de 652 páginas, e sendo um pouco mais extensa que a primeira versão. Diferente da primeira versão, a segunda já começa trazendo a Educação Ambiental como uma temática da educação básica. Na presente versão, a Educação Ambiental tem por objetivo:

[...] a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores, o cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental e a proteção do meio ambiente natural e construído. Para potencializar essa atividade, com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental, a educação é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza (Brasil, 2016, p. 38).

É notório que a Educação Ambiental na segunda versão tem a função de caráter transformador, devendo desenvolver nos discentes, habilidades necessárias para que as mudanças no cenário ambiental aconteçam, formando cidadãos críticos, capazes de atuar na realidade socioambiental.

A segunda versão da BNCC apresenta cinco temas integradores ou temas especiais, dentre eles um se caracteriza como Educação Ambiental, conforme cita a BNCC:

Os Temas Especiais permitem estabelecer a integração entre os componentes curriculares de uma mesma área do conhecimento e entre as diferentes áreas que organizam a Educação Básica, no contexto da BNCC. [...] Dessa forma, sua abordagem nas propostas curriculares objetiva superar a lógica da mera transversalidade, ao se colocarem como estruturantes e contextualizadores dos objetivos de aprendizagem. Os Temas Especiais, de natureza multidisciplinar, perpassam os objetivos de aprendizagem de diversos componentes curriculares, nas diferentes etapas da Educação Básica. (Brasil, 2016, p. 47).

No que compete ao tema especial Educação Ambiental:

Ao eleger educação ambiental como Tema Especial, almeja-se articular direitos e objetivos de aprendizagem em torno das questões socioambientais, de tal forma que os currículos escolares sejam capazes de debater a continuidade da vida de todas as espécies, inclusive a humana, no planeta Terra. Isto exige repensar a desigualdade na distribuição de bens materiais e culturais, bem como a sua produção não sustentável pelo uso predatório dos recursos naturais e pelo consumo desenfreado. (Brasil, 2016, p. 51).

⁵ <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>

Sendo assim, a Educação Ambiental deve ser trabalhada em forma de complementar todas as áreas do conhecimento, ir além da “transversalidade”, aparecendo em todas as disciplinas, visando a capacidade do discente desenvolver habilidades essenciais e a compreensão da importância social desse tema para a existência do planeta, pensando em uma produtividade sustentável para garantir a preservação dos recursos naturais.

A área de Ciências da Natureza dos anos iniciais organiza-se em cinco unidades de conhecimento: Materiais: propriedades e transformações; Ambiente: recursos e responsabilidades; Terra: constituição e movimento; Vida: constituição e evolução; e Sentidos: percepção e interações. Todas as áreas aqui mencionadas têm relações diretas com a temática, mas na unidade que compete especificamente ao meio ambiente, destaca-se a segunda unidade de conhecimento, que afirma que:

Nesta unidade são estudadas questões relacionadas a ambiente, a recursos naturais e à responsabilidade no seu uso, caracterizando os fenômenos e as interações de sistemas e organismos com o ambiente. Além disso, as implicações causadas pelo uso de produtos tecnológicos que provocam alterações climáticas, de temperatura e de radiação que atingem a superfície terrestre. Contempla, também, o entendimento das relações de diferentes populações humanas na Terra, em tempos e lugares distintos, quanto à utilização de recursos naturais e impactos causados e à adoção de alternativas sustentáveis que perpassem, desde a mudança de atitudes individuais e coletivas até a aplicação do conhecimento científico para o desenvolvimento de tecnologias sociais sustentáveis. Assim, busca mobilizar conhecimentos que promovam uma educação ambiental que favoreça a participação na construção de sociedades sustentáveis. (Brasil, 2016, p. 288).

Subentende-se, assim, que a área de Ciências da Natureza busca trabalhar a temática ambiental de modo direto, permitindo que as crianças venham ter a interação com o meio, permitindo que explorem e aprendam não somente com a teoria, mas também com a prática, construindo os seus conhecimentos sobre a educação ambiental, compreendendo todas as questões que permeiam esse meio e desenvolvendo práticas sustentáveis.

Na área de Ciências Humanas, o tema integrador da Educação Ambiental se destaca nas disciplinas de História e Geografia, a qual começam a desenvolver procedimentos de investigação, sendo os mesmos fundamentais para que compreendam a si, seu entorno e que percebam as suas relações com o ambiente e as ações dos seres humanos (Brasil, 2016). Assim, o ensino de Ciências Humanas busca trabalhar a Educação Ambiental permitindo que os alunos venham por si só investigar as questões que permeia o meio ambiente, explorando, indagando e questionando sobre todas as vertentes que os cercam, refletindo assim como a relação Homem-Natureza estão conectadas e influenciam de modo positivo ou negativo no meio ambiente.

Levando em consideração os fatos aqui mencionados, a Educação Ambiental na segunda versão da BNCC busca promover reflexões sobre as ações humanas que impactam negativamente no meio ambiente. O tema se encontra mais explícito na segunda versão, buscando superar a “ausência” da mesma na 1ª versão. Contudo, não é suficiente a sua menção diante a realidade ambiental que nos cercam, pois a mesma continua elencada em disciplinas específicas do meio ambiente, diferenciando-se com o tema especial que aparece, mas tendo ainda a necessidade de se estabelecer nas demais disciplinas, que são mais trabalhadas nos currículos.

Nesse contexto, a segunda versão da BNCC foi de grande valia para a elaboração da 3ª versão, sendo a mesma o documento norteador e atual do currículo. A terceira versão foi entregue e homologada no ano de 2017, apresentando 600 páginas, sendo possível observar que em comparação a segunda versão houve uma diminuição no número de página e no que se refere ao termo Educação Ambiental também, podendo analisar assim um possível retrocesso para a 1ª versão.

A terceira versão a BNCC⁶ começa apresentando que será constituída de dez competências gerais (Figura 1) que deverão ser desenvolvidas por todos os alunos ao longo da Educação Básica, que se estrutura em:

Figura 1: Competências Gerais da BNCC.



Fonte: Inep 80 anos, 2017.

⁶ http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

O documento define competência como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. (Brasil, 2017, p. 10).

Assim, é possível observar que a BNCC estabelece competências gerais que de uma maneira indireta se inter-relaciona com o tema da educação ambiental, a qual a mesma elenca competências que permeiam as ações humanas sobre todo o meio social e ambiental, desenvolvendo conhecimentos, atitudes e valores que desenvolvam cidadãos éticos, conscientes e responsáveis, capazes de promover transformações na sociedade e na realidade socioambiental.

A base elenca na sua 3ª versão que compete aos sistemas, redes de ensino e as escolas anexar em seus currículos às propostas pedagógicas, os temas contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, devendo ser trabalhado de maneira transversal e integradora, destacando-se entre eles a Educação Ambiental, que deve ser contemplada em todos os componentes curriculares e trabalhada de forma contextualizada (Brasil, 2017). Nesse aspecto, é possível observar que a Educação Ambiental na terceira versão deve ser trabalhada em todos os componentes curriculares, promovendo a compreensão das questões ambientais em uma escala global, para que os discentes identifiquem urgentemente a necessidade de intervenções no meio ambiente.

Na disciplina específica que se volta para o meio ambiente elencamos Ciências da Natureza que se organiza em três unidades temáticas (Matéria e energia, Vida e Evolução e Terra e Universo), a qual a mesma apresenta situações a serem desenvolvidas pelos alunos (Brasil, 2017, p. 325): “Desenvolver ações de intervenção para melhorar a qualidade de vida individual, coletiva e socioambiental”. Ainda, destaca-se também que:

[...] não basta que os conhecimentos científicos sejam apresentados aos alunos. É preciso oferecer oportunidades para que eles, de fato, envolvam-se em processos de aprendizagem nos quais possam vivenciar momentos de investigação que lhes possibilitem exercitar e ampliar sua curiosidade, aperfeiçoar sua capacidade de observação, de raciocínio lógico e de criação, desenvolver posturas mais colaborativas e sistematizar suas primeiras explicações sobre o mundo natural e tecnológico, e sobre seu corpo, sua saúde e seu bem-estar, tendo como referência os conhecimentos, as linguagens e os procedimentos próprios das Ciências da Natureza. (Brasil, 2017, p. 333).

Assim, é possível observar que a abordagem da disciplina de Ciências da Natureza, dar-se- a semelhante a abordagem da disciplina na 2ª versão, diferencia-se as unidades temáticas e suas quantidades, porém busca trabalhar a temática ambiental de modo que os alunos participem ativamente do processo de construção do conhecimento ambiental, interagindo diretamente com o meio, desenvolvendo assim atitudes responsáveis e ecologicamente corretas com o meio ambiente.

Na disciplina que compete à Ciências Humanas, a 3ª versão apresenta o enfoque a Educação Ambiental diferente da apresentada na 2ª versão, que antes destacava o tema como componente das disciplinas de História e Geografia. Nesse sentido, na versão atual esse termo não se encontra presente, porém busca o mesmo propósito estimular uma formação ética para a formação de novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar diversos aspectos sociais, dentre eles, o respeito ao ambiente e a própria coletividade (Brasil, 2017). Assim, a área de Ciências Humanas na 3ª versão, mesmo não apresentando o termo Educação Ambiental, como na 2ª versão, busca permitir aos alunos uma formação conscientizadora, que compreenda a conexão entre Homem e Natureza e seus impactos no meio ambiente, buscando assim as transformações de suas práticas.

De acordo com Branco e colaboradores (2017):

Destacamos que a BNCC reafirma as propostas anteriores em documentos que propuseram diretrizes e parâmetros para o currículo da Educação Básica. Na Base, a Educação Ambiental é citada enquanto determinadas habilidades ou aprendizagens essenciais, porém sem apresentar o termo Educação Ambiental propriamente dito. (Branco *et al*, 2017, p.15)

Assim, é perceptível que a Base Nacional Comum Curricular vigente e em todas as suas versões anteriores, não elencaram a temática Educação Ambiental como os demais documentos oficiais, mas buscam sem uma menção direta desenvolver habilidades que compete ao Meio Ambiente.

Analisando a 3ª versão da BNCC, como o documento norteador vigente, é possível observar que a mesma apresenta semelhanças com os documentos oficiais anteriores, porém ao que compete sobre a Educação Ambiental, fazendo uma busca ao seu termo no documento, o mesmo é apresentado somente uma vez, o que enfatiza a sua redução no presente documento e nos leva a analisar que seu estudo ficou estagnado, sua abordagem não é suficiente quanto à sua necessidade, o que nos leva a pensar o motivo do principal documento norteador do currículo, reduzir o estudo e a menção da Educação Ambiental, deixando no “ar” a pergunta: É

chegado o momento para uma revisão e transformação de uma nova Base Nacional Comum Curricular?

Vale frisar que a BNCC apresenta os Temas Contemporâneos Transversais, que apresenta o caderno Meio Ambiente- Educação Ambiental- Educação para o Consumo, orientando o seu estudo em cada modalidade de ensino, porém o tema vem constituído como um material de apoio, o que acaba corroborando com o esquecimento e até mesmo ao desconhecimento de sua existência, já que seria mais vantajoso ser elencado dentro da própria base, enfatizando assim a relevância do mesmo.

É notório que a BNCC necessita de uma revisão quanto algumas abordagens, pois autores tem expressado constantes críticas quanto ao reducionismo da Educação Ambiental na versão vigente. Diante do cenário ambiental cada vez mais crítico e presente em nossa vida em uma perspectiva global, nos deparamos com um tema extremamente importante e necessário de ser trabalhado, que acabou “escondido” dentro do principal documento norteador, sem apresentar um foco direto na Educação Ambiental, podendo ser caracterizada sob essa temática como subjetiva, implícita e abrangente, sendo citada apenas como habilidades essenciais, o que acaba tendo como consequência um trabalho incompleto sobre a temática e consequente à não execução da promoção conscientizadora e transformadora que a Educação Ambiental propõe. Em virtudes dos fatos mencionados, mesmo que a BNCC não mencione o termo Educação Ambiental e trabalhe o tema nas entrelinhas, têm por objetivo conscientizar quanto a prática ambiental, mesmo que de uma maneira breve.

No próximo tópico iremos realizar uma pesquisa de campo em uma escola do ensino fundamental dos anos iniciais, que consistirá em uma entrevista semiestruturada com os professores dos anos iniciais e, na sequência, será realizada a análise e discussão dos dados, buscando investigar como a Educação Ambiental é trabalhada nas escolas e na formação dos professores, se a mesma segue o proposto nos documentos oficiais, se aborda o tema de uma maneira breve ou específica, e se os professores praticam a formação continuada para aperfeiçoamento dos conhecimentos ambientais e a promoção de uma Educação Ambiental efetiva.

4 PESQUISA DE CAMPO SOBRE A RELEVÂNCIA DE SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS

A presente pesquisa de campo se deu no município de São Joaquim da Barra-SP, em uma escola dos anos iniciais (1º ao 5º Ano), sendo realizada mediante uma entrevista semiestruturada. A entrevista de acordo com Gil (2008, p. 128) é uma “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Assim, a entrevista consiste em um encontro entre duas pessoas, onde uma delas busca coletar dados para determinado assunto.

De acordo com Triviños (1992), a entrevista semiestruturada é:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (Triviños, 1992, p. 147).

Logo, a entrevista semiestruturada consiste em uma abordagem mais livre e flexível, dando ao entrevistado e ao entrevistador maior liberdade no surgimento de novas perguntas e respostas.

Antecedendo a realização da entrevista, pediu-se a autorização da gestora da instituição e conseguinte das professoras participantes, sendo apresentado o tema e o objetivo de estudo às mesmas, a qual foi agendado o dia, o horário e o local de cada entrevista. O local, combinado com a pesquisadora e as professoras, foi a sala de leitura da escola em que trabalham, já que é um ambiente agradável e mais tranquilo, sendo que o horário combinado foi o de aulas livres de cada professora.

Para realização da entrevista foi usado um roteiro previamente elaborado com as perguntas principais, a qual possibilitou a cada entrevistado expressar seu entendimento sobre o tema. Além disso, as entrevistas foram gravadas mediante um aparelho celular e transcritas de acordo com as respostas obtidas.

4.1 Apresentação dos sujeitos

A entrevista contou com cinco participantes, cada uma delas representando um ano dos anos iniciais (1º, 2º, 3º, 4º e 5º Ano). A pesquisadora coletou os dados com a formação,

especialização e tempo de docência de cada professora, que será demonstrado a seguir no Quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização das professoras participantes

Participantes	Formação	Especialização	Ano em que atua	Tempo de docência
Professora 1	Magistério e Pedagogia	Língua Portuguesa, Orientação e Supervisão	1º ano	31 anos
Professora 2	História e Pedagogia	Educação Especial, Psicopedagogia, Alfabetização e Letramento	2º ano	10 anos
Professora 3	Pedagogia e Ciências Biológicas	Planejamento e Implementação da Educação a distância e Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas	3º ano	4 anos
Professora 4	Magistério, Letras e Pedagogia	Psicopedagogia, Alfabetização e Letramento, Libras, Educação Especial	4º ano	15 anos
Professora 5	Ciências e Matemática,	Alfabetização Matemática, Educação	5º ano	22 anos

	Pedagogia, Letras ⁷	Matemática, Alfabetização e Letramento		
--	-----------------------------------	--	--	--

Fonte: De autoria própria.

4.2 Análise e Discussão de dados

A entrevista contou com seis perguntas abertas, a qual permearam o estudo proposto nesse trabalho, buscando fazer uma análise sobre a temática Educação Ambiental nas escolas, seguindo os documentos oficiais, dando ênfase maior ao documento norteador vigente (Base Nacional Comum Curricular - BNCC).

Pergunta 1: O que é Educação Ambiental para você?

Professora 1: *Eu acho que vai muito além de saber passar valores sociais, conhecimentos, definir as habilidades, a sustentabilidade, vai muito além disso, é você colocar na criança a consciência de que a natureza não precisa do homem para sobreviver, ela existe por ela mesma, ela faz o papel dela, ela consegue sobreviver, mas o homem, se ele não zelar por essa natureza e a natureza for extinta, o homem morre, o homem não sobrevive, porque a nossa existência depende exclusivamente do meio ambiente, então para mim Educação Ambiental é de extrema importância.*

Professora 2: *Eu acredito que Educação Ambiental sejam práticas na formação educacional em todos os níveis, desde o infantil até o superior, que visam promover conscientização sobre o meio ambiente, a relevância, os cuidados que devemos ter, as consequências da destruição do meio ambiente.*

Professora 3: *Bom para mim Educação Ambiental é um processo que envolve o indivíduo e o todo, toda comunidade, o coletivo, que todos trabalham juntos com atitudes que são voltadas sempre pensando na conservação do meio ambiente, em qualidade de vida, sempre pensando em melhorias, no que eu posso fazer para contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente.*

Professora 4: *Para mim Educação Ambiental está relacionada com conceitos que envolve meio ambiente, preservação, reciclagem e a consciência ecológica.*

Professora 5: *A Educação Ambiental como o próprio nome diz é uma educação a respeito sobre o ambiente em que a gente vive e essa educação ela deve começar desde criança, desde quando você tá lá na sua casa com os seus pais. Eu moro no sítio e aprendi muitas coisas com o meu pai, por isso eu quis fazer ciências, depois matemática, pedagogia. A Educação Ambiental a gente tem que lembrar se a gente não preservar o meio que a gente vive nós não teremos, nós vamos ter a fúria da natureza aí, aquecimento global, derretimento de geleiras, pessoal que mora aí nas encostas de rios de vez em quando vai ter uma surpresa aí fala “Ah meu Deus”, mas esquece que a natureza é perfeita, é o homem que faz todo esse movimento contra ela. Então é muito importante que as crianças desde pequenas aprendam a reciclagem, a utilizar o meio ambiente a seu favor, mas pensando que o meio ambiente não é de*

⁷ Cursando Bacharelado em Educação Física.

uma única pessoa, o meio ambiente é toda a humanidade, que vem passando de gerações em gerações, então nós temos que preservar, pois essa Educação começa desde cedo.

A professora “1” apresenta sua definição para Educação Ambiental afirmando que vai além de valores sociais e conceitos, é despertar a consciência na criança para que ela tenha o entendimento que a natureza vive sem o homem, mas o homem não sobrevive sem a natureza, comprovando que a qualidade de vida e existência humana são advindas da natureza e se não preservada acabaremos com a vida no planeta. Enquanto as professoras “2”, “3” e “4” definem a Educação Ambiental como conscientização e preservação do meio ambiente.

Já a professora “5” traz a definição de uma educação que deve-se iniciar em casa, dando o exemplo dela mesma, que aprendeu desde cedo, com seus pais, o valor do meio ambiente e que isso serviu de inspiração para suas formações profissionais. A fala da professora se conecta com o tópico 3, p. 25, a qual caracteriza que o ensino da Educação Ambiental deve se dar desde os anos iniciais e primeiramente em casa, onde os familiares se tornam exemplo. Além disso, a participante menciona sobre a fúria da natureza, caracterizada pelo aquecimento global, o derretimento das geleiras, os desabamentos das casas em encostas, levando a reflexão de que essa fúria nada mais é que consequências das práticas do homem e que faz necessário o mesmo repensar suas ações. Essa fala se articula ainda com o tópico citado anteriormente p. 26, a qual diz que o meio ambiente é todos os componentes a nossa volta, que interagem com a manutenção de vida em geral, podendo influenciar de maneira positiva ou negativa.

De acordo com as respostas das participantes, é perceptível que para todas as professoras o termo Educação Ambiental está diretamente ligado ao Meio Ambiente, sendo caracterizado por elas como um meio para despertar a conscientização ambiental e promover a valorização, corroborando para uma melhor qualidade de vida, o que pode ser comprovado de acordo com os conceitos da Agenda 21 (1992), da Lei 9.795/99 e Jacobi (2003), apresentados no tópico 2.2, p. 19 que trata da Educação Ambiental, apresentando as variações desse conceito, articulando, assim, com as diferentes respostas obtidas sobre a visão de cada docente acerca do conceito dessa temática.

Pergunta 2: Você trabalha a Educação Ambiental em suas aulas?

Professora 1: *Sim.*

Professora 2: *Sim.*

Professora 3: *Sim, trabalho Educação Ambiental nas minhas aulas.*

Professora 4: *Sim.*

Professora 5: *Essa questão é muito importante, no meu caso além de ser professor de pedagogia, matemática, eu gosto muito de ciências e sou professora de ciências, então eu abordo a Educação Ambiental praticamente em todas as minhas aulas.*

Conforme as respostas das professoras, nota-se que todas são positivas quanto ao trabalho dessa temática em suas aulas. Assim, podemos articular com a abordagem do tópico 3, p. 25 desse trabalho, que explicita a importância de trabalhar-se a Educação Ambiental nas escolas, que justifica-se pela promoção de práticas conscientizadoras da preservação do meio ambiente, formando indivíduos ecologicamente corretos, com transformações nas prática homem-natureza. No entanto, para entender como é o trabalho dessa temática, a pesquisadora fez a seguinte pergunta:

Como é o trabalho dessa temática (atividade, projetos, visitasões)?

Professora 1: *Vai muito mais, porque nas minhas aulas o meio ambiente faz parte totalmente do desenvolvimento da criança, o meio que ela tá inserida, vai trazer para ela a possibilidade de desenvolvimento. A natureza é uma parte integrante da vida do ser humano, então mesmo nas cantigas infantis tipo: o cravo brigou com a rosa, alecrim, eu levo o cravo e a rosa para eles verem se tem cheiro ou se não tem, se são iguais ou se não são iguais.*

Professora 2: *Eu costumo trabalhar com atividades diferenciadas, inclusive vou mandar para a pesquisadora os vídeos de algumas práticas em sala de aula, forneço sementes, mudas para que eles plantem em casa para que eles vejam o processo de desenvolvimento das plantas, trago vídeos, atividades escritas, rodas de conversas.*

Professora 3: *Essa questão de projetos, visitasões é algo que não acontece aqui na escola.*

Professora 4: *É através de atividades, não costumamos fazer projetos e visitasões sobre esse tema.*

Professora 5: *A gente tem muitas atividades, praticamente em todas as minhas aulas a gente tá falando de meio ambiente. A partir do momento que você entrou na sala, começando pela limpeza da sala, que eu sou meio manicada com isso, então eu sempre gosto de estar limpando e orientando meus alunos a manterem a sala limpa, jogar os papéis no lixo e tem também lá na escola as lixeiras da reciclagem, você tem que falar sobre economia de papel, de lápis. “Olha vamos pensar se você não cuidar aumenta o número de insetos, de bichos, a dengue, então, é praticamente isso que está no nosso dia a dia”.*

É notório que todas as professoras trabalham o tema através de atividades. As professoras “1”, “2” e “5” deixam evidenciadas que procuram além das atividades teóricas trabalhar a Educação Ambiental com atividades práticas. Segundo os PCN’s, um dos princípios da Educação Ambiental, definidos pela Conferência de Tbilisi, afirma que deve usar-se de “Uma ampla gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimento sobre o meio ambiente,

ressaltando principalmente as atividades práticas e as experiências pessoais” (Brasil, 1997, p. 52).

Assim, só evidenciam que o trabalho das professoras “1”, “2” e “5” estão caminhando em consonância com os documentos oficiais, pois cada uma faz menção a atividades práticas, sendo que a professora “1” menciona que leva a rosa e o cravo para que as crianças vejam e sintam o cheiro, a professora “2” fala que leva sementes para os alunos plantarem em casa e acompanharem o processo de desenvolvimento da planta e a professora “5” fala que já começa o ensino do meio ambiente na limpeza da sala, orientando os alunos a manterem a sala sempre limpa e ainda menciona as lixeiras de reciclagem presentes na escola. Todas essas atividades são exemplificadas como atividades práticas que já é uma orientação de conscientização da preservação do meio ambiente, além de usar de uma metodologia diferenciada e tornar a aula mais interessante.

É importante mencionar que nenhuma professora faz menção a projetos e visitas relacionadas ao tema que sejam realizadas pela escola. Pelo contrário, as professoras “3” e “4” deixam claro que esse tipo de atividade não acontece, o que acaba indo contra o proposto pelos PCN’s, que é mencionado no tópico 3.1 na página 32, que trata de fazer visitas em instituições, parques, empresas e etc.

De acordo com Neto e colaboradores:

As aulas de educação ambiental nos espaços escolares precisam ir além de confecção de peças teatrais, painéis, jograis, danças, musicais e trabalhos com materiais recicláveis; precisam, sim, efetivar-se como mecanismos que despertem o poder de sensibilização de todos na luta pela conservação do meio ambiente (Neto *et al*, 2021, p.151).

Logo, as aulas de educação ambiental necessitam de uma contextualização, devendo permear diferentes metodologias, sem ficar refém de um ensino teórico ou prático insignificantes e meramente estabelecidos por “datas ambientais”, mas deve permear um ensino teórico e prático que se interligue com a realidade ambiental e o cotidiano do discente, promovendo significados para tais práticas e a compreensão da conscientização ambiental.

Pergunta 3: A temática Educação Ambiental é trabalhada em disciplinas específicas? Ou você relaciona com todas as disciplinas trabalhadas?

Professora 1: *Eu relaciono com todas, teve uma sequência de flores que trabalhei, se eram as mesmas flores ou se não eram, então encima disso já trabalhei matemática. Eu integro as matérias dentro desse tema, então ciências a gente vai lá abraça a árvore, ali debaixo da árvore eu explico como a árvore respira, que é pela folha que é o narizinho da árvore, trazendo para a criança um contato de imediato, o entendimento de uma forma simples, a função da árvore no meio ambiente, o que ela faz com o ar, o que ela traz de benefícios para o homem. Então, o tempo todo a aula tem que ser de forma concreta, tem que a criança ter contato, a gente faz experiências igual a gente fez a experiência do feijão que eles viram o crescimento do feijão, da raiz, a gente plantou o feijão na terra, a gente colocou no algodão para observar, então tudo isso traz experimentos.*

Professora 2: *Eu relaciono com todas, até porque as próprias apostilas nas diferentes disciplinas abordam esse tema.*

Professora 3: *Normalmente é em disciplina específicas como Ciências, História e Geografia, às vezes surge algum tema desse dentro do Português, da Matemática, através de problemas matemáticos ou de um texto para leitura, interpretação e aí eu aproveito o gancho para discutir com eles sobre a temática, mas normalmente é mais em disciplinas específicas mesmo.*

Professora 4: *Realizo as atividades voltadas para esse tema de maneira interdisciplinar, buscando abranger todas as áreas.*

Professora 5: *Nas minhas aulas, sempre falo alguma coisa do meio ambiente, eu enfatizo muito essa tecla, então eu não trabalho assim como um tema particular não, eu uso a interdisciplinaridade e a transversalidade, então a gente tem que tá falando a todo momento de meio ambiente. Então, eu, pelo menos eu nas minhas aulas, porque quando você está lendo o texto de Língua Portuguesa que tem algum animal, alguma coisa, quando você tá fazendo Matemática que você vai falar de gráficos a respeito de lixo, quantidade de lixo, porcentagem de animais que morreram, sobreviveram, História, Geografia, praticamente em todas as nossas aulas.*

A professora “3” enfatiza que o trabalho da temática se dá mais em disciplinas específicas e que às vezes o tema aparece em outras disciplinas e, então, ela aproveita para discutir sobre Educação Ambiental. A fala da professora acaba firmando que o tema é trabalhado em caráter interdisciplinar, porém não com recorrência.

Já as demais professoras afirmam abordar o tema em todas as disciplinas, ou seja, em caráter transversal e de maneira interdisciplinar, que é a maneira orientada pelos documentos oficiais PCN’s e BNCC, que pode ser confirmado no tópico 3.1 e tópico 3.3. Assim, acaba sendo uma forma das crianças atribuir um sentido para a aula, sabendo associar a conservação ambiental com a sua realidade e crescer em um convívio de harmonia e cuidado com a natureza.

Segundo Pedrini e Silva:

Deveria capacitar o cidadão interdisciplinarmente de modo a que ele pudesse compreender as principais problemáticas socioambientais do mundo contemporâneo com conhecimentos técnicos e qualidades necessária para que pudesse desempenhar funções produtivas aperfeiçoando a vida terrena e proteger o meio ambiente com ética (Pedrini; Silva, 2023, p. 5)

Entende-se que o ensino da Educação Ambiental, deve ser trabalhado em caráter interdisciplinar, ou seja, articulado entre as disciplinas, de modo a promover um ensino mais efetivo, resultando em uma melhor compreensão das questões ambiental, promovendo reflexão das ações humanas sobre o meio ambiente. Assim, mediante as respostas apresentadas, a pesquisadora complementou com a seguinte pergunta:

O tema na escola é trabalhado de maneira frequente ou em datas específicas? (Dia da água, Semana do meio ambiente, Dia da árvore, etc).

Professora 1: *Não só em data específica, eu acho importante trabalhar de maneira frequente, igual no folclore, trabalhei o tema, fizemos um monte de reaproveitamento, usamos garrafas e fizemos brinquedos, bilboquê, porque tudo isso está ligado com o meio ambiente.*

Professora 2: *É trabalhado com recorrência durante o ano todo, e eu também trabalho nas datas comemorativas, dia da água, dia do meio ambiente, dia da árvore.*

Professora 3: *O tema é trabalhado mais em datas específicas, mas eu penso que isso precisa mudar, mas envolve ai o coletivo, todo mundo trabalhar junto e pensar em como mudar isso.*

Professora 4: *Não só em datas específicas, mas também no dia a dia, tentando conscientizar os alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente.*

Professora 5: *Eu, lógico trabalho as datas específicas (dia da água, semana do meio ambiente), mas praticamente todas as aulas nossas, a gente está sempre falando do meio ambiente, não tem como você deixar o meio ambiente para uma data específica, ele tá no nosso dia a dia a todo momento e a todo instante.*

Um ponto comum nas falas das professoras “1”, “2”, “4” e “5” é que, além de trabalhar o tema nas datas específicas, elas buscaram abordar também no dia a dia. Segundo Medeiros e colaboradores (2011, p. 6) “Este tema deve ser trabalhado com grande frequência na escola, porque é um lugar por onde passam os futuros cidadãos, ou que pelo menos deveriam passar e quando se é criança, tem mais facilidade para aprender”. Assim, podemos ver que as professoras buscaram trabalhar o tema com frequência, a fim de promover a conscientização, não deixando esse trabalho apenas para datas específicas, visando que esse conhecimento seja tratado com a relevância necessária e permeando o dia a dia do aluno e de sua realidade ambiental.

Conforme a fala da professora “3”, nota-se que a mesma trabalha o tema mais em datas específicas, afirmando a necessidade de mudanças para se trabalhar o tema no dia a dia. Levando em consideração as respostas posteriores da professora “3”, o trabalho sobre a Educação Ambiental se dá mediante o uso de apostilas, que são elaboradas conforme a BNCC, e, desse modo, quando a professora fala na necessidade de mudanças, subentende-se que ela

esteja referindo-se às apostilas trazerem o tema com mais frequência para a sala de aula, e, conseqüentemente, a BNCC evidenciar mais o tema em suas orientações, para que então as apostilas não foquem o tema apenas nas datas específicas, visto que a mesma menciona na pergunta seguinte que as apostilas são formuladas conforme a BNCC.

Pergunta 4: Para elaboração de suas aulas sobre a Educação Ambiental, você segue as orientações do documento oficial vigente, BNCC?

Professora 1: *Sim, mesmo ela não estabelecendo como componente curricular, trazendo apenas abordagem naturalista em dimensão social e cultural, fala muito do ambiente e a sustentabilidade, então não tá integrada como um componente específico, ela traz como uma integração dentro das outras matérias ou dias comemorativos como: dia da árvore, dia da água, então traz lá dentro dos componentes de Ciências, Natureza e Sociedade, Geografia, História.*

Professora 2: *Sim.*

Professora 3: *Sim, pois os conteúdos são todos de acordo com a BNCC.*

Professora 4: *Sim, procuro atividades de acordo com as habilidades que pretendo trabalhar com os meus alunos.*

Professora 5: *Então esses temas dessas aulas, lógico a gente segue as orientações dos PCN's e da BNCC, mas isso é uma coisa pessoal minha, eu vou atrás de material que seja interessante, na internet, livros mais antigos que tem muitas coisas bacanas referentes a parte de Ciências e Educação Ambiental, que eu uso até hoje com os meus alunos.*

Como podemos observar, todas afirmaram seguir a BNCC para elaboração das aulas sobre Educação Ambiental. A BNCC “É um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (Brasil, 2017, p. 9). Assim, podemos ver que a BNCC permeia os currículos escolares em caráter de obrigatoriedade, pois ela é composta por habilidades e aprendizagens que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da Educação Básica. Logo, ela que norteia quanto a elaboração das aulas e conseqüente ao ensino da temática ambiental.

De acordo com Oliveira e Neiman (2020), após a entrega da terceira versão da BNCC, pode-se verificar que não há mais menções sobre Educação Ambiental nesse documento, algo que era previsto em algumas competências nos primeiros documentos; ainda, na terceira versão aparece algo sobre a sustentabilidade, mas muito pouco para a importância deste tema. Assim, pode-se observar que a abordagem da Educação Ambiental não é suficiente para elaboração das aulas sobre o tema, visto que o termo nem é mencionada na versão vigente, o que mostra sua

pequena relevância para orientação desse estudo e como o documento não é capaz de orientar de uma maneira eficaz a Educação Ambiental, tendo como consequência a não conscientização e ausência de novas práticas ambientais.

É importante ressaltar as falas das professoras “1” e “5”, além da professora “1”, afirmaram seguir a BNCC mesmo ela tendo apenas uma abordagem naturalista e integrando o tema apenas dentro das outras disciplinas, e não sendo específica quanto a temática (o que discutiremos na questão 5). Desse modo, as falas dessas professoras evidenciam a falta de uma ênfase maior sobre o tema dentro do principal documento norteador vigente, BNCC. Além disso, as mesmas ainda mencionam que o documento traz discussão sobre o assunto em disciplinas específicas da temática ou em data específicas do meio ambiente, o que se pode complementar a discussão da fala da participante “3” na questão anterior.

A fala da professora “5” ganha destaque ao mencionar que, além da BNCC, a mesma também segue os PCN’s, e ainda complementa com materiais da *internet* e livros antigos para trabalhar a temática ambiental, o que se confirma no exposto no tópico 3.1 p. 31, que trata do professor juntamente com o aluno buscar de novos materiais, devendo haver uma constante atualização. Isso evidencia que a professora “5”, além de usar documentos oficiais, aperfeiçoa com os demais documentos que traz um enfoque e uma relevância maior sobre o tema, o que mostra a importância de você não ficar restrito apenas ao estabelecido, mas ir além, buscar de outros materiais e outras metodologias para complementar o conhecimento transmitido. A fim de complementar as respostas dessa questão, a pesquisadora realizou a seguinte pergunta:

Algum outro documento oficial (PCN’s e DCN’s) ajuda na orientação do tema e na elaboração de suas aulas sobre o tema?

Professora 1: *Sim, os PCN’s, que aborda como tema transversal que é mais ou menos a BNCC, mas a BNCC ela integra mais nos componentes curriculares, não tem um componente específico.*

Professora 2: *Eu sigo os documentos BNCC, Parâmetros Curriculares, DCN’s, gosto de trabalhar sempre com os temas transversais e interdisciplinares, então eu busco trabalhar o tema sempre em todas as disciplinas e no que aparecer na disciplina, seja na apostila, seja em vídeos, seja em histórias de leituras compartilhadas com eles que aparece alguma coisa a gente trabalha, a gente pensa sobre isso, então é trabalhado de todas as maneiras.*

Professora 3: *Não, normalmente o conteúdo é o da apostila que é formulada de acordo com a BNCC, acabo seguindo a BNCC.*

Professora 4: *A BNCC é um documento mais atual, que norteia a educação, por isso procuro seguir as orientações dadas por ela.*

Professora 5: *Bem eu já leciono ai há 22 anos, como eu já sou professora de Ciências eu venho acompanhando toda evolução na parte de educação, sim, seja os PCN's, seja BNCC, mas isso também vai muito de cada professor, eu gosto da natureza, eu gosto do que a natureza oferece para gente e com o meu pai, minha mãe aqui no sítio, eu aprendi que a gente tem que ter essa relação de equilíbrio com a natureza, nem você tirar demais e nem colocar demais, tem que ter um equilíbrio, então por eu ter sido criada dentro da natureza, no sítio, para mim é muito mais fácil, então eu sempre estou procurando temas interessantes e sempre abordando para os alunos a importância dessa preservação porque a cada ano que passa com a tecnologia as crianças vão ficando afastadas do meio ambiente, só ali no celular, não vê uma árvore crescendo, não vê uma vaca, não vê uma formiga, não vê uma minhoca, isso tudo é interessante, são coisas mínimas que a criança precisa ter contato.*

Segundo Oliveira e Neiman as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) “estabeleceram uma base para que se possa orientar, articular e desenvolver a educação básica do país respaldado por lei, garantindo uma regulação do ensino. É um documento amplo e direcional para todos (2020, p.39)”. Os mesmos autores, também trazem apontamentos sobre os PCN's:

Os PCN também apontam a necessidade de se trabalhar a Educação Ambiental de modo transversal, e que cada professor deve abordar a questão ambiental adequando-se ao seu conteúdo dentro de sua área, a fim de deixar claro e objetivo os valores que devem ser transmitidos (Oliveira; Neiman, 2020, p. 40)

Assim, pode-se observar a relevância desses documentos nos dias atuais e como os mesmos podem orientar sobre o ensino da Educação Ambiental no ambiente escolar, visto que são documentos sem caráter de obrigatoriedade, porém que reserva um espaço para a abordagem da Educação Ambiental, abordando de uma maneira mais ampla e completa a temática, contribuindo para uma formação mais consciente, desenvolvendo o pensamento crítico no aluno sobre as problemáticas ambientais, ao contrário da BNCC, que adentra o trabalho da mesma de maneira subjetiva e implícita.

Pode-se observar que as professoras “3” e “4” ficam restritas somente ao uso da BNCC para abordar a Educação Ambiental, visto que esse é o documento oficial mais atual. Já as professoras “1” e “5”, além da BNCC, usam também os PCN's; A professora “2”, além desses documentos, faz o uso também das DCN's para complementar o conteúdo elaborado sobre o tema.

As professoras afirmam gostar de trabalhar com os demais documentos pelo fato dos PCN's trazer os temas transversais, que é composto do livro do Meio Ambiente, e as DCN's trazer um capítulo exclusivo para abordagem da Educação Ambiental. Assim, pode-se ver a relevância dos documentos oficiais (PCN's e DCN's) para o estudo dessa temática, visto que

os mesmos apresentam um enfoque maior ao tema, o que confirma a relevância desses documentos para os dias atuais, mesmo não apresentando caráter de obrigatoriedade, o que abordamos nos tópicos 3.1 e 3.2.

Podemos pontuar novamente a fala da professora “5”, que afirma ter acompanhado a evolução dos documentos oficiais e mesmo assim faz uso do documento atual (BNCC) e do antigo (PCN’s), e, além disso, por ter sido uma criança que sempre teve acesso à natureza, aprendeu desde cedo o equilíbrio entre homem e natureza, o que facilitou a abordagem do tema em suas aulas e a transmissão da importância da natureza para os alunos, porque hoje com a tecnologia as crianças perderam o mínimo de contato com a natureza que é ver o crescimento de uma árvore, um animal, etc. Essa fala da professora “5” pode ser relacionada com a fala de Alves (1999, p. 23) “Há crianças que nunca viram uma galinha de verdade, nunca sentiram o cheiro de um pinheiro, nunca ouviram o canto do pintassilgo e não tem prazer em brincar com a terra. Pensam que a terra é sujeira. Não sabem que terra é vida”.

Assim, ambas as falas anteriores mostram a incapacidade de associarmos nossa vida com a natureza, pois as crianças já nascem em um mundo totalmente artificial, totalmente tecnológico e acabam crescendo sem contato com a natureza, achando que ela é apenas uma paisagem bonita, sem saber que ela que complementa as nossas vidas.

Sendo assim, essas falas mostram a necessidade do contato com a natureza, para que todos cresçam responsáveis e conscientes com o meio ambiente e tornem-se no amanhã, como a professora “5”, que cresceu em contato com a natureza, aprendeu seus valores, importância e hoje se tornou adulta consciente e excelente profissional, que conhece o assunto Educação Ambiental e sabe como transmitir e despertar a conscientização aos seus alunos. Essa fala da professora “5” pode estar relacionada com a pergunta 1 dessa pesquisa, e com o tópico 3, p. 25, sobre a importância dos familiares influenciarem no aprendizado da criança e trabalhar em união com a escola para a efetivação desse conhecimento.

Pergunta 5: De acordo com sua visão docente, a Educação Ambiental no documento oficial, BNCC, é orientada conforme sua importância nos dias atuais?

Professora 1: *Eu acho que deveria ter um foco maior no tema.*

Professora 2: *Eu acredito que sim.*

Professora 3: *Não é trabalhado da forma que precisa, até por uma questão de falta de tempo, vários outros conteúdos que tem que cumprir.*

Professora 4: *Sim, acredito que seja um documento muito bem elaborado, que atinge os objetivos a serem alcançados.*

Professora 5: *Essa pergunta eu adorei, eu acho que a BNCC deveria trabalhar mais o tema, para o aluno ter uma noção de preservação, de quantidade, da importância de preservar o ambiente em que se vive, porque se você não cuidar do seu espaço quem vai cuidar dele, né? Então, é uma relação de equilíbrio.*

De acordo com as repostas obtidas, podemos analisar que as professoras “1” e “5” acreditam que a BNCC poderia apresentar um foco maior ao tema Educação Ambiental, já as professoras “2” e “4” acreditam que o tema já é orientado conforme sua importância, enquanto a professora “3” afirma que o tema não é trabalhado da maneira que precisa, podendo ser justificada essa ausência pela presença de vários outros conteúdos a cumprir.

Levando em consideração as falas das professoras “1”, “3” e “5”, as mesmas associam-se com o tópico 3.3, a qual abordou-se sobre a BNCC, trazendo críticas quanto a ausência do tema no documento. Nesse contexto, a fim de complementar as respostas, a pesquisadora realizou a seguinte pergunta:

Segundo Silva e Loureiro:

O espaço reservado à EA na BNCC vem sendo questionado desde as versões anteriores nos trabalhos de Andrade e Piccinini (2017), Santinelo, Royer e Zanatta (2016) e Wutzki e Tonso (2017). Para estes, as versões da BNCC não abordam a EA de forma crítica e com profundidade sobre as abordagens socioambientais. O que leva a um total silenciamento do que é discutido e produzido pelo campo no Brasil (Silva; Loureiro, 2020, p.3).

Entende-se que a BNCC, quanto à abordagem da Educação Ambiental, se dá de forma fragmentada, não abordando o tema conforme sua importância e necessidade nos dias atuais, sendo criticada por diversos autores, destacando a ausência e o silenciamento do tema na Base. Ressalta-se, assim, a necessidade de se revisar esse documento, visando abordar de uma maneira mais explícita a temática ambiental, para que talvez se promova uma melhor conscientização e transformação ambiental, visto que os agravos ambientais estão cada vez mais crescentes, trazendo a urgência quanto um estudo mais qualitativo do tema.

Você acha que o tema deveria ser orientado na BNCC além da transversalidade, ou seja, como uma disciplina específica também?

Professora 1: *Eu gostaria que fosse uma disciplina específica pela relevância, pela importância do meio ambiente para nós humanos, dever-se-ia pensar mais.*

Professora 2: *Não acho necessário ter disciplina específica se esse tema for trabalhado com frequência, o ano todo e nas diferentes disciplinas e em todos os níveis de educação, desde o infantil ao superior.*

Professora 3: *Eu penso que sim, porque como eu falei acaba que fica trabalhando em disciplinas específicas ou em datas específicas.*

Professora 4: *Também acho interessante ter uma disciplina específica sobre Educação Ambiental.*

Professora 5: *Que pergunta maravilhosa. Eu acho que deveria sim, além da transversalidade ser uma disciplina obrigatória, para o resto da vida, não só na BNCC, mas de um modo geral, em todas as escolas, todos deveriam trabalhar. Eu acho que deveria sim ser trabalhada como uma disciplina específica, não só Educação Ambiental, mas Educação Financeira também, acho que as duas caminhariam muito bem aí.*

Analisando as respostas, a professora “2” se opôs ao se estabelecer uma disciplina específica para a Educação Ambiental, justificando que não há necessidade caso o tema seja trabalhado com frequência e nas diferentes disciplinas. Contudo, levando-se em consideração as respostas de todas as professoras nas perguntas anteriores, podemos perceber que não é bem assim que acontece, pois algumas professoras trabalham sim o tema com frequência e nas demais disciplinas, porém outras trabalham o tema só quando vem orientado nas apostilas, e geralmente é em disciplina específica. Desse modo, pode-se inferir que se o apostilamento não vem norteado com essa temática da Educação Ambiental, há necessidade de uma atenção maior na mesma e talvez uma forma de melhoria seria a inclusão da disciplina específica dentro da BNCC, e, desta forma, seria um tema obrigatório e com o enfoque que as demais disciplinas apresentam também.

Já as demais professoras (“1”, “3”, “4” e “5”) responderam positivamente quanto à ideia de se estabelecer a Educação Ambiental como disciplina específica, justificando por ser um tema de grande relevância nos dias atuais, o que se relaciona com o tópico 3.3 sobre se o momento de fazer uma revisão na BNCC e trazer a temática com um foco maior e quem sabe elencada também com uma disciplina específica.

Um destaque importante nas respostas das participantes foi a fala da professora “5” que destacou a necessidade de trabalhar também a educação financeira. Como pode-se observar no tópico 3.1, p.27, que trata dos fatores que estão relacionados ao meio ambiente, dentre eles aparece a economia, que caminha atrelada com a Educação Ambiental.

Diante do questionamento anterior, a pesquisadora realizou a indagação a seguir.

Você acha que se o tema ganhasse maior visibilidade na BNCC ele seria melhor trabalhado nas escolas e promoveria uma melhor conscientização ambiental?

Professora 1: *Sim, a natureza responde muito a mão do homem, então quando a gente vê algumas ações da natureza como teve lá a represa em outros países que já aconteceu aqui no Brasil, então o homem abusa da natureza, ele faz coisas com a natureza e ela vai responder porque ela tem o curso dela, ela tem a vida dela então para mim teria que ter muito mais relevância e seria abordado como um componente curricular, seria muito viável para promover uma melhor conscientização.*

Professora 2: *Para ser melhor trabalhado, com mais eficiência nas escolas, eu acredito que seja necessário o empenho de toda comunidade escolar e acho que deveria haver nesses documentos norteadores, BNCC por exemplo, uma maior rigidez quanto as avaliações, se essas práticas estão realmente sendo executadas nas escolas, então avaliar se realmente esse processo da Educação Ambiental está sendo feito, precisa monitorar mais se essa prática da Educação Ambiental nas escolas, se estão sendo bem executados.*

Professora 3: *Eu acredito que se tivesse uma disciplina específica, a gente conseguiria uma maior visibilidade do tema, o que resultaria na promoção de uma melhor conscientização ambiental.*

Professora 4: *Acho que sim, visto que é um tema atual e de grande relevância.*

Professora 5: *Sim, porque o aluno vai adquirir mais noção sobre o meio que está inserido, ainda mais convivendo hoje com uma geração extremamente consumista, que joga tudo fora, que não reaproveita quase nada, então o meio ambiente deveria ser sim mais trabalhado.*

Analisando as respostas, pode-se observar pontos positivos quanto ao tema ganhar maior visibilidade na BNCC para promover uma melhor conscientização ambiental. Conforme toda a discussão no tópico 3.3, compreende-se a necessidade de mais visibilidade do tema na Base, visto que o tema acabou nas entrelinhas documento, com um reducionismo até do seu termo, tendo uma abordagem ineficaz e fragmentada, tendo a necessidade de uma reconstrução, a fim de abordar mais a temática e talvez promover uma Educação Ambiental mais efetiva.

É importante destacar a fala da professora “2”, pois ela afirma que os documentos oficiais, como a BNCC, deveria ter mais rigidez quanto às avaliações e cobranças do trabalho dessa temática nas escolas, ao realizar monitoramento para verificar se o trabalho está sendo realizado. Assim, a respectiva fala leva a pensar na discussão ao longo de toda a pesquisa e até voltar na questão anterior se a BNCC não aborda a Educação Ambiental com recorrência, não proporciona o foco necessário a ela, conseqüente não vai ter cobranças sobre o seu trabalho. Desse modo, a fala da professora só confirma a necessidade de rever esse documento e trazer novas competências, em especial sobre a Educação Ambiental, que é o foco desse trabalho.

Pergunta 6: A escola promove a formação continuada (cursos, palestras, projetos e afins) do docente usando o tema Educação Ambiental?

Professora 1: *Sim, já tivemos cursos de formação sobre o arvoreamento da cidade, as espécies nativas daqui, as que estão em extinção, projeto de plantios, qual árvore pode ser cortada, qual período da poda das árvores, foi até criado uma lei municipal quanto a isso. Nós tivemos também palestras de reciclagem, reaproveitamento, reutilização do lixo. A gente tem sempre cursos para reaproveitamento e reutilização para brinquedos e algumas áreas e algumas datas como por exemplo dia das mães, época do folclore, então a gente usa muito.*

Professora 2: *Não, pelo menos em São Joaquim nunca tive cursos, palestras, nada sobre Educação Ambiental.*

Professora 3: *A escola que eu trabalho não promove formação continuada com os temas nessa área.*

Professora 4: *Infelizmente não.*

Professora 5: *Aqui é o seguinte, a escola faz palestras, mas a maioria dos cursos para os professores, nós fazemos no particular, por nossa conta mesmo, para evolução funcional e muito mais.*

Conforme as respostas obtidas, pode-se observar que a professora “1” respondeu positivamente quanto à formação continuada sobre Educação Ambiental, levando em consideração a pergunta adiante, a mesma afirma que essas formações não ocorrem com tanta frequência, acontece a cada dois ou três anos algo sobre o tema, o que confirma a necessidade de estabelecer uma formação continuada sobre a temática. Enquanto a professora “5” respondeu afirmativo sobre a realização de palestras, mas que o aperfeiçoamento maior se dá de maneira individual, por parte de cada professor.

Já as demais professoras (“2”, “3” e “4”) afirmaram que a escola não fornece a formação continuada quanto à temática. De acordo com a meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE), deve-se “(...) garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”, podendo ser complementada com o escrito no tópico 3.1, p. 31, que faz necessário o professor conhecer o tema, ir em busca de novas informações para aperfeiçoamento de sua prática.

Assim, no que compete a formação continuada sobre a Educação Ambiental, a mesma dar-se-á em consonância do PNE com o documento oficial PCN’s, a qual o PNE assegura a todos os profissionais da educação a formação continuada, a meta descreve ainda que a formação continuada deve ser implementada por meio do Plano Nacional do Livro e Leitura. Subentende-se que a escola deva oferecer a formação continuada. Logo, deve-se incluir temáticas importantes, como a Educação Ambiental, enquanto os PCN’s complementam que

essa formação deve acontecer também por ações próprias do profissional, devendo este ir em busca de materiais e especialistas sobre o tema.

De acordo com Guimarães e Mello:

A formação continuada dos docentes precisa ser efetivada com base na reflexão, na dialogicidade, envolvendo os diferentes componentes curriculares, contextualiza na realidade socioambiental, oportunizando a construção de práticas pedagógicas que visem à incorporação da Educação Ambiental Crítica (Guimarães; Mello, 2022, p. 6).

Logo, a escola deve fornecer a formação continuada dos professores abordando a temática Educação Ambiental, por meio de diálogos e reflexões, a fim de promover um maior conhecimento sobre o tema e uma melhor abordagem no ambiente escolar, aperfeiçoando a prática do docente e corroborando com práticas transformadoras e a conscientização ambiental nos seus discentes.

Contudo, devido uma ausência da temática Educação Ambiental nas formações continuadas, a pesquisadora realizou a seguinte pergunta:

Você acha que esse tema poderia ser orientado melhor para os docentes levando-se em consideração a formação continuada ofertada pela escola e a abordagem da BNCC quanto ao estudo dessa temática?

Professora 1: *Eu acho que sim, temos uma formação continuada constante sim sobre o tema, não como eu gostaria, pois surge alguma coisa nessa área a cada dois anos, três anos.*

Professora 2: *Sim, acho muito relevante que tenham formações, cursos, projetos na escola sobre esse tema, para que nós professores possamos nos aprimorar em relação a isso, em relação a esse tema, tirar dúvidas, acrescentar conhecimentos sobre esse tema, para que quando a gente for passar para os alunos a gente tiver uma bagagem maior. Sim eu acho que temos sim que ter mais projetos e cursos, formações dentro da unidade escolar sobre esse tema Educação Ambiental, que é pouquíssimo falado pela parte da Secretária da Educação, porque nós professores no dia a dia já trabalhamos.*

Professora 3: *Eu acho que deveria sim esse tema ser melhor orientado, eu acredito que falta isso sim e a gente precisaria de uma formação continuada nessa área.*

Professora 4: *Seria de suma importância realizarmos formações voltadas para esse tema, auxiliando na elaboração de projetos e práticas docentes para sensibilizar os alunos a agirem de maneira responsável e consciente sobre o mundo a sua volta.*

Professora 5: *Deveria sim ser mais explorado nas escolas, seria interessante se as escolas falassem mais sobre o meio ambiente, ainda deixa um pouco aquém, desejando ainda.*

Dentre as respostas obtidas, observa-se que todas afirmaram sobre a necessidade de se ter uma formação continuada para a temática. Segundo Guimarães e Mello:

Partindo do pressuposto de que a Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma inter e transdisciplinar, é imprescindível aperfeiçoar a formação continuada dos professores, a fim de que os mesmos se sintam seguros para trabalhar essa temática tão necessária e importante, superando a perspectiva fragmentada presente nas instituições de ensino (Guimarães; Mello, 2022, p.7)

Assim, só confirma a análise realizada anteriormente, visto que a formação continuada sobre a Educação Ambiental nortearia melhor a elaboração das aulas dos docentes, além de aprimorar os conhecimentos sobre a temática e permitir que os mesmos aperfeiçoem suas práticas.

Segundo a Lei 9.795/99 em seu artigo 11:

A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Logo, a formação dos professores sobre a Educação Ambiental é respaldada por lei, devendo receber em sua formação continuada conhecimentos sobre a temática, assim, compete a escola o fornecimento dessa formação, levando em consideração as falas das professoras, a escola não fornece a formação desse estudo com frequência, deixando a “desejar” nesse âmbito, tendo como consequência o não atendimento dos princípios e objetivos propostos pela Política Nacional da Educação Ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se analisar que a questão ambiental é permeada pelas ações humanas, tendo como causadores dessa problemática a industrialização, os meios de consumo e produção em massa, descarte incorreto dos lixos e uso inconsciente dos recursos naturais. Sobre os problemas ambientais, ressalta-se que o meio ambiente é de extrema importância e fornece os fatores necessários para a garantia da existência de todos os seres do mundo, e, realizando essa reflexão, torna-se necessário transmitir o conhecimento sobre essa temática por intermédio da Educação Ambiental.

Ao caminhar pelo entendimento do que é Educação Ambiental, foi possível analisar todo o processo histórico que levou até o estabelecimento da mesma, sendo permeado por grandes marcos, tais como: *Big Smoke*, Conferência de Estocolmo, Encontro Internacional de Educação Ambiental, Conferência de Tbilisi, entre outros. Entendendo os fatores que levaram a necessidade de uma Educação Ambiental, pode-se refletir quanto ao seu conceito, podendo ser definido como um meio de transmitir conhecimentos do meio ambiente e promover a reflexão da conscientização ambiental, levando os indivíduos a promoverem práticas ecológicas, adentrando no desenvolvimento sustentável, o meio de adotar essas práticas, garantindo a existência dos recursos naturais não só para as gerações presentes, como para as gerações futuras.

Diante desse contexto, foi realizada uma análise sobre a importância de se trabalhar a Educação Ambiental nas escolas, visto que é nas escolas que os alunos adquirem os conhecimentos sobre o meio ambiente, norteando os alunos quanto a conscientização ambiental, visando comportamentos favoráveis ao meio ambiente, levando os alunos a serem participantes ativos nas questões ambientais.

Oportunizou-se com isso a reflexão sobre como os documentos oficiais (PCN's, DCN's e BNCC) abordam a Educação Ambiental. Assim, pode-se analisar que todos os documentos orientam o estudo dessa temática em caráter transversal e interdisciplinar.

No que compete aos PCN's, o documento traz o tema transversal específico ao meio ambiente. Além disso, proporciona um ensino com uma diversidade metodológica, possibilitando experiências e participações nas questões ambientais. No entanto, lamentavelmente acabou sendo "substituído" pela BNCC, porém os PCN's é um documento riquíssimo, que tem grande relevância e é utilizado nos dias atuais, mesmo não tendo obrigatoriedade.

Quanto as DCN's, o documento é similar aos PCN's, apresenta um capítulo exclusivo ao tema Educação Ambiental, apontando as suas leis, objetivos e princípios, norteando seu estudo para uma formação cidadã, com discentes críticos, buscando transformações nas práticas humanas.

Já ao que compete à BNCC, foi possível realizar um comparativo do tema entre as suas versões, sendo possível analisar que na primeira versão do tema o termo Educação Ambiental não é mencionado, mas aborda o tema meio ambiente, mesmo que de uma maneira genérica. A segunda versão do tema já apresenta a Educação Ambiental como uma temática da Educação Básica, trazendo-a dentro dos temas integradores, buscando desenvolver habilidades necessárias para mudanças no cenário ambiental, sendo perceptível que o tema encontra-se mais explícito do que na primeira versão, mas apresentando ainda a necessidade de um foco maior ao tema.

No entanto, a terceira e vigente versão, traz o tema de uma maneira indireta nas competências gerais, visto que as competências permeiam ações sociais e ambientais. Ainda, foi possível analisar também um reducionismo comparado à segunda versão, quanto ao estudo e a menção da Educação Ambiental, sendo que o termo é mencionado apenas uma vez e o estudo quanto ao tema ficou mencionado nas entrelinhas, sem uma ênfase maior ao tema, conforme pode-se analisar na versão anterior e nos demais documentos aqui mencionados. Nesse sentido, cabe a necessidade de uma revisão no principal documento norteador vigente, visando uma elaboração maior nos temas que apresentam uma necessidade urgente de conscientização e melhorias das ações humanas, como o Meio Ambiente, a fim de promover um ensino eficaz, que leve a reflexão do cenário ambiental que vive-se atualmente.

A partir desse estudo foi possível realizar a pesquisa de campo, a qual buscou-se analisar a visão de cada docente sobre o trabalho da Educação Ambiental, tendo como base os documentos oficiais, seguindo os pressupostos desse trabalho, na qual foi possível analisar que o estudo da Educação Ambiental, seguindo a BNCC, ainda é vago. Desta forma, necessita-se de um foco maior voltado ao tema, já que todo trabalho voltado ao tema, elaborado pela maioria das docentes, foi de caráter individual e seguindo, além da BNCC, as orientações dos demais documentos PCN's e DCN's; ainda, algumas professoras abordaram o tema seguindo apenas o material didático que é elaborado de acordo com a BNCC, que o documento mais atual, e acabam elencando o tema em disciplinas e datas específicas.

Diante dos escritos ao longo de todo trabalho, faz-se necessário abordar a temática Educação Ambiental desde os anos iniciais, visto que é o maior veículo quanto a orientação do meio ambiente, além de proporcionar uma orientação na qual as crianças vão adquirir a reflexão

da conscientização ambiental desde cedo, possibilitando-se no amanhã crescerem e se tornarem adultos conscientes. É notório que a orientação quanto ao tema no âmbito escolar tem um desempenho abaixo das expectativas, evidenciando ao longo do trabalho o quanto o atual documento norteador vigente, BNCC, decepciona quanto a abordagem da Educação Ambiental, enquanto os documentos oficiais mais antigos, PCN's, e DCN's, apresentam sua relevância, já que a presença dessa temática é muito relevante e significativa na atualidade.

Embora a discussão da Educação Ambiental nos documentos oficiais não seja relativamente nova, faz necessário ressaltar a importância de uma atenção mais abrangente ao tema na BNCC, levando em consideração o cenário cada vez mais crítico que vivencia-se e sua proeminência para uma melhor qualidade de vida. Estima-se uma ênfase maior quanto ao tema, a fim de se promover uma Educação Ambiental mais efetiva e contribuindo para a formação de cidadãos críticos, éticos, responsáveis e atuantes na realidade do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **O amor que acende a lua**. Campinas: Papirus Speculum, 1999. 214 p.

ANDRADE, M. C. P.; PICCININI, C. L. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: retrocesso e contradições e o apagamento do debate socioambiental. **IX EPEA- Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0091.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2023.

BRANCO, Emerson Pereira *et al.* A abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente, SP, v.29, n.1, p.185-203, jan/abr. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526/pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. 1ª versão**. Brasília, DF: MEC, 2015. 302p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. 2ª versão**. Brasília, DF: MEC, 2016. 652p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. 3ª versão**. Brasília, DF: MEC, 2017. 600p. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 30 de maio de 2023.

BRASIL. **Competências Gerais da BNCC**. Inep, 2017. Disponível em: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/futuro/novas-competencias-da-base-nacional-comum-curricular-bncc/79>. Acesso em: 30 de maio de 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10645661/artigo-225-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Formação para a Cidadania. **Ministério da Educação**. Secretaria Executiva. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Educação Ambiental e Sustentabilidade, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/coea/educsust.pdf>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2014a.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC, Brasília, DF, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 de maio de 2023.

BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas Brasil**, 2015.

Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Apresentação dos Temas Transversais, Ética**/ Secretária de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/ SEF, 1997. 146p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/livro081.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Naturais**/ Secretária de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/ SEF, 1997. 136p. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/livro04.pdf>. Acesso em: 21 de abril em 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. História, Geografia**/ Secretária de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/ SEF, 1997. 166p. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/livro052.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**/ Secretária de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/ SEF, 1997. 126p.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/livro01.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Meio Ambiente, Saúde**/ Secretária de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/ SEF, 1997. 128p. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/livro091.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental, Lei Federal 9.795 de 27 de abril de 1999**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 10 de março de 2023.

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm. Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 3. ed. São Paulo: Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41. Disponível em: <https://corpoemtransito.wordpress.com/2015/04/08/denzin-lincoln-2006/>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2013.

DULLEY, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agrícola**, São Paulo, v.51, n.2, p. 15-26, jul./ dez. 2004. Disponível em: <[06-51-38-artigo0nocoesdaaturezaeambiente.pdf \(ifcursos.com.br\)](http://ifcursos.com.br/06-51-38-artigo0nocoesdaaturezaeambiente.pdf)> Acesso em: 19 de novembro 2022.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza- UECE- Universidade Estadual do Ceará, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/ISF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 21 de outubro de 2023.

GUIMARÃES, Juliana; MELLO, Nilvania Aparecida de. Educação ambiental crítica e a formação continuada de professores. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v.8, n.10, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/53201/39580>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189- 205, mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 de março de 2023.

JACOBI, Pedro. Meio Ambiente e Sustentabilidade. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**, São Paulo: CEPAM, 1999. Disponível em: <http://michelonengenharia.com.br/downloads/Sutentabilidade.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2023.

MARCATTO, Celso. Educação Ambiental: Conceitos e Princípios. **Biblioteca Digital do Cerrado**, p. 64, set.2002. Disponível em: <https://jbb.ibict.br/handle/1/494>. Acesso em: 15 de março de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas S.A, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa. *et al.* A importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, setembro, 2011. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/a-importancia-da-educacao-ambiental-na-escola-nas-series-iniciais.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

NARCIZO, Kaline Roberta dos Santos. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. **REMEA**, v.22, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2807>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

NETO, Antonio Gonçalves Nunes *et al.* Educação Ambiental na escola dos anos iniciais. **Revista Educação Online**. Rio de Janeiro, n.36, p. 143-160, jan- abr 2021. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/873/312>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

OLIVEIRA, Lucas de. NEIMAN, Zysman. Educação Ambiental no âmbito escolar: Análise do processo de elaboração e Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revbea**. São Paulo, v.15, n.3: 36-52, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10474/7735>. Acesso em: 21 de novembro de 2023.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão; SILVA, Marcia Nascimento Souza e. Educação Ambiental: Referencial Teórico para iniciantes. **IJERRS**. Rio de Janeiro, ISSN 2675 3456, v.5, n.02, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ijerrs/article/view/31519/22172>. Acesso em: 19 de novembro de 2023.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamound, 2008.

SCHARF, Regina. **Manual de Negócios Sustentáveis**. São Paulo, Amigos da Terra, 2004.

SEGURA, Denise de S. Baena. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.

SILVA, Silvana do Nascimento; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. As Vozes de Professores-Pesquisadores do Campo da Educação Ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental. **Ciência & Educação**. Bauru, v.26, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/pnkHjbvq7Q65L6Y6HJZQsgg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 de novembro de 2023.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável**, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação, Brasília, Brasil, 2005. 120 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937_por. Acesso em: 08 de abril de 2023.

APÊNDICE**TERMO DE CONSENTIMENTO**

NOME DA PESQUISA: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PERSPECTIVAS DOS DOCUMENTOS OFICIAIS PARA O CONTEXTO ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS

Orientanda: Olinalva Maria de Sousa Costa Brando

Orientador: Prof. Dr. Osmar Santos Júnior

Instituição: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava – FFCL.

Eu _____,
concordo em participar deste estudo, tendo recebido informações sobre os objetivos do trabalho e a metodologia adotada durante sua realização.

Tenho ciência que a pesquisa será realizada por intermédio de entrevista e gravada pela pesquisadora, mantendo a minha privacidade, assim, autorizo a publicação das informações que serão coletadas.

Assinatura do Entrevistado

Assinatura do Pesquisador

_____/_____/2023.

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Formação: _____

Especialização: _____

Há quanto tempo exerce a docência? _____

PESQUISA DE CAMPO- ENTREVISTA

1- Para você o que é Educação Ambiental?

2- Você trabalha a educação ambiental em suas aulas?

Como é o trabalho desse tema (atividade, projetos, visitasões)?

3- O tema Educação Ambiental é trabalhado em disciplinas específicas ou você relaciona com todas?

O tema na escola é trabalhado de maneira frequente ou em datas específicas? (Dia da água, semana do meio ambiente, dia da árvore...).

4- Para elaboração de suas aulas sobre a Educação Ambiental, você segue as orientações do documento oficial vigente BNCC?

Algum outro documento oficial (PCN's e DCN's) ajuda na orientação do tema e na elaboração de suas aulas sobre o tema?

5- De acordo com sua visão docente a Educação Ambiental no documento oficial BNCC é orientada conforme sua importância nos dias atuais?

Você acha que o tema deveria ser orientado na BNCC além da transversalidade, ou seja, como uma disciplina específica também?

Você acha que se o tema ganhasse maior visibilidade na BNCC ele seria melhor trabalhado nas escolas e promoveria uma melhor conscientização ambiental?

- 6- A escola promove a formação continuada (cursos, palestras, projetos e afins) do docente usando o tema Educação Ambiental?

Você acha que esse tema poderia ser orientado melhor para os docentes levando em consideração a formação continuada ofertada pela escola e a abordagem da BNCC quanto ao estudo dessa temática?